

**CAJA' ESTÁ SENDO
TORTURADO
E VOCÊ VAI À AULA?**

Evson Malaquias de Moraes Santos/ André Gustavo Ferreira da Silva
Cibele Maria Pereira da Silva/ Edelson Albuquerque Jr
Maria Isabel Landim Oliveira/ Neide Carolina Andrade Piornedo
Talita Maria Soares da Silva/ Vinicius Borges de Medeiros

'CAJÁ ESTÁ SENDO TORTURADO E VOCÊ VAI À AULA?'

Apresentação:

Flavio Henrique Brayner

Prof. Titular do Departamento Socio-Filosófico da
Educação

do Centro de Educação da UFPE

Autores:

Evson Malaquias de Moraes Santos

André Gustavo Ferreira da Silva

Cibele Maria Pereira da Silva

Edelson Albuquerque Jr

Maria Isabel Landim Oliveira

Neide Carolina Andrade Piornedo

Talita Maria Soares da Silva

Vinicius Borges de Medeiros

Revisão:

Juliana C. Lobo

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

Editora UFPE

Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Vice-Diretor: Junot Cornélio Matos

Editor-Chefe: Flávio Emmanuel Pereira Gonzalez

Conselho Editorial

Alex Sandro Gomes

Amilcar Almeida Bezerra

Carlos Newton de Souza Lima Júnior

George Félix Cabral de Souza

Gisélia Alves Pontes da Silva

Juliana Souza Oliveira

Marcus André Barreto Campelo de Melo

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

C139 Cajá está sendo torturado e você vai à aula? / Evson Malaquias de Moraes Santos... [et al.]. – Recife : Ed. UFPE, 2020.
141 p. : il.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-04-7 (online)

1. Universidade Federal de Pernambuco – História. 2. Educação – Aspectos políticos – Pernambuco – História. 3. Estudantes universitários – Atividades políticas – Brasil – História. 4. Vítimas de tortura – Brasil – História. 5. Ditadura – Brasil – História – Séc.XX. 6. Brasil – Política e governo – 1964-1985. I. Santos, Evson Malaquias de Moraes.

378.8134

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-029)

Todos os direitos reservados à

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea

Recife, PE | CEP: 50.740-530

Fone: (0xx81) 2126.8397 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

Uma simples questão de linguagem...

Nos anos setenta, o professor de literatura da Universidade de Lyon, Robert Faurisson (1929-2018), escreveu um artigo contestando a possibilidade de existência das câmaras de gás nazistas e alegando a indecência de que os judeus teriam morrido de tifo! Através da Lei Gayssot (1990), que condena qualquer tentativa de contestação de crimes contra a Humanidade, Faurisson foi multado e expulso dos quadros da Universidade. A tese chamada de “Negacionista”, no entanto, prosperou, especialmente depois do caloroso debate que se abriu na historiografia após a publicação do livro “Meta-história”, de Hayden White, em que o estatuto da “verdade” histórica ficou em suspenso e a própria linguagem da história perdeu seu viés e objetivo cientificistas para se assemelhar à ficção e à narrativa literária: uma questão de linguagem. O que estava em

jogo, ali, não era a negação dos fatos vistos, vividos ou testemunhados por alguém, mas a discussão em torno da verdade histórica, que não podia ser assimilada ou comparada à verdade objetiva, examinada por um observador supostamente neutro, tal como preconizara o século XIX e a tradição positivista. Era isso o que Walter Benjamin queria dizer quando afirmava que a tarefa do historiador não era relatar os fatos “tal como eles aconteceram!”. Contudo, negar simplesmente os acontecimentos vai uma longa distância...

A tese negacionista avança, sobretudo onde grassa o interesse de certos grupos, comprometidos com massacres, chacinas, genocídios e crimes similares contra o Humano. Muitas vezes, diante da impossibilidade de que as vítimas (todos mortos!) possam se defender, veem aí a oportunidade de abdicar da responsabilidade e sempre encontram historiadores que lhes servem de porta-vozes. Foi isso que provocou o famoso “Dilema de Primo Levi”, a respeito da possibilidade de um escritor - que não viveu o extermínio até o fim (porque não morreu!) - falar de uma experiência que, de fato, não viveu: a do próprio extermínio (e quem a “viveu” não podia mais falar)! No entanto, aquilo que acontecera precisava ser dito, lembrado e transmitido..., mesmo que quem ouvisse simplesmente não acreditasse que tais coisas pudessem ter sido praticadas. Estávamos diante do que Adorno chamou de “O inefável!”.

Meu colega Evson Malaquias (e sua equipe de pesquisadores) vem firmando seu nome como historiador, escavando e garimpando o passado institucional da UFPE, sobretudo aquelas passagens mais obscuras que dormem no fundo de arquivos, atas e relatórios esquecidos (ou que querem fazer esquecer): é nessa produção deliberada do esquecimento onde

germina a semente do negacionismo. Desta vez, Evson exuma um caso rumoroso dos anos setenta, durante a pior fase da ditadura civil-militar no Brasil, que foi o sequestro, prisão e tortura do estudante da Sociologia da UFPE (meu contemporâneo), Edival Nunes, conhecido como Cajá. Os autores cercam-se de inúmeros cuidados metodológicos para garantir que outras narrativas permaneçam abertas a respeito do caso, e examina documentos dos serviços de informação e repressão da época, mostrando um esforço cuidadoso no trato das fontes. O que é interessante, neste trabalho, é o estudo da linguagem utilizada pelos órgãos de repressão: como se estruturam as células semânticas utilizadas para constituir um discurso de natureza dualista (bem/mal, subversivo/ordeiro, democrata/comunista...) e que lembram os trabalhos de Guita Debert, de extração estruturalista, sobre a composição retórica do discurso populista no Brasil até os anos 60. Mais do que acusar ou defender quem quer que seja, cotejar depoimentos ou examinar a fidelidade de relatos, este trabalho mostra como se estrutura uma linguagem: a da repressão!

É interessante observar na análise dos documentos como aquelas células semânticas são manipuladas com o objetivo de constituir uma massa, um caldo, ou, melhor dizendo, um magma imaginário, cuja finalidade era dividir o mundo segundo o princípio da ordem e do caos, da luz e das trevas. Muitos atores estão envolvidos nesta verdadeira “trama linguística”, cada um contribuindo com seus ingredientes semânticos e ideológicos: Igreja progressista, administração universitária, estudantes universitários (UNE, DCE), Polícia Federal, Governo do Estado de Pernambuco. Todos esses entes formam um tecido discursivo altamente complexo, que permite um infindável número de citações e de narrações.

A atualidade deste trabalho é evidente: diante de um governo que não hesita em aderir às teses negacionistas, utiliza os instrumentos da confusão semântica, do engodo ideológico, da condenação arbitrária e da eliminação do Outro como ator interpelante.

Este trabalho mostra, apenas, que tais instrumentos e mecanismos de manipulação de nossa visão das coisas são antigos e operam onde aquilo que nos faz Humanos está seriamente ameaçado. Afinal, “o Nazismo, dizia o grande crítico cultural George Steiner, foi antes de qualquer coisa uma questão de linguagem!”.

Flavio Henrique Albert Brayner

Prof. Titular do Departamento Socio-Filosófico da Educação

do Centro de Educação da UFPE

O imaginário social da prisão do estudante da ufpe em 1978

Um documento classificado como “Secreto”, provavelmente de origem do SNI, identificado pelo carimbo presente, narra a “situação na área educacional”, centrando-se no personagem Edival Nunes da Silva, “Cajá”, e outros presos do Partido Comunista Revolucionário (PCR). O documento, escrito racionalmente, com escrita descritiva e objetiva, identifica dia, horário, acontecimento, pessoas e documentos (como notas e panfletos, com seus respectivos títulos). A narrativa é impessoal e direta, o que se espera de documentos de “informação”.

Esse documento faz parte da rede nacional de informação, criada pela ditadura civil-militar de 64, que tem uma certa estrutura burocrática (dados imparciais e impessoais) e visa criar um banco de dados nacional de todos aqueles considerados “suspeitos” e “contrários à revolução”.

Assim expôs esse documento de nove laudas:

1. Movimento Estudantil no RECIFE/PE, em solidariedade ao universitário EDIVAL NUNES DA SILVA (“CAJÁ”). Em 12 de maio de 1978, baseando-se em documentos apreendidos, o DPF/PE efetuou a prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA, no RECIFE, de acordo com o Art. N° 59 da Lei de Segurança Nacional, indiciando-o em inquérito como infrator do Art. 43... A prisão foi comunicada ao Juiz Auditor da 7ª CJM. A partir de 15 Mar 78, elementos ativistas do movimento estudantil no RECIFE percorreram diversas salas...;
2. Durante a assembléia estiveram solidários às manifestações de repúdio à prisão do estudante, integrantes das seguintes entidades:
- Associação dos Sociólogos de PERNAMBUCO, através do seu Presidente, SILVIO MARANHÃO...;
3. As 13:00 hs de 16 Mal 78, estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFFE promoveram assembléia permanente no 10º andar do prédio do Instituto Básico da UFFE, na tentativa de angariar o apoio de toda a classe estudantil em solidariedade ao universitário preso....

Se tomarmos esse documento e outros produzidos pela ditadura como documentos-verdade, aceitaríamos a narrativa deste como expressão da realidade, fatos verídicos (especular), como testemunha ocular do acontecimento. Contudo, a trama que envolveu esse estudante ultrapassou em muito a narrativa linear, objetiva e transparente, chegando ao conhecimento de órgãos internacionais de Direitos Humanos e matérias jornalísticas em várias partes do Brasil, contradizendo-os.

Posto isso, pretendemos analisar os sentidos e afetos dos órgãos de repressão sobre o estudante de Ciências Sociais da UFPE, Cajá, a partir de seus documentos de informação; identificar e caracterizar esse tipo de documento; reconstruir uma narrativa histórica a partir desses documentos e outros (processos, perícia técnica, etc.), além de incluir outras fontes narrativas, como os jornais comerciais (Jornal do Commercio, o Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo) e as atas do CFCH sobre a temática; analisar a dimensão ideológica da instituição “segurança”, tomando como exemplo o documento do Exército de “análise da subversão”, produzido no período da prisão de Cajá.

Edival Nunes da Silva Cajá trabalhava com os pais nas roças quando criança, em Bonito de Santa Fé, a 493 km de João Pessoa. Entrou na escola aos 8 anos de idade – tendo dificuldade de acompanhar os outros colegas –. A designação Cajá foi posta por Dom Helder Câmara, já que na época ele era conhecido por Cajazeiras, cidade onde morou. “Cajazeiras?”, indagou Dom Helder Câmara. “Cajazeiras é uma árvore. Cajá é muito mais curto, é o símbolo de um fruto tropical. Tem mais sentido, num é não?”. Sua mãe desejava que ele fosse padre e o ingressou no Seminário Nossa Senhora da Assunção, em Cajazeiras. Em 1972, chega ao Recife e foi trabalhar no Banco Industrial de Campina Grande, matriculando-se no Ginásio Pernambucano, residindo na Casa do Estudante. Anos mais tarde, em 1975, matricula-se no curso de Ciências Sociais da UFPE (matrícula 11750/2642), área de concentração, Sociologia, antes denominada, Universidade do Recife (1946-1968). O reitor já era Paulo Frederico do Rego Maciel. No dia 12 de maio de 1978, por volta das 20h, na Conde da Boa Vista, mediação da antiga Mesbla, na parada de ônibus, um veículo para assediando a calçada, homens pulam do veículo e o jogam, com resistência, para o interior,

forçando Cajá gritar: “Eu sou Cajá, digam a Dom Helder que estou sendo sequestrado” – Cajá tinha 28 anos (ROZOWYKWIAT, 2014, p.128, p.136).

Consta em documento do curso de Ciências Sociais que “o aluno trancou o semestre autorizado (2º/ 78)”, momento que se encontrava preso no Departamento da Polícia Federal. No segundo semestre de 79, já liberto, Cajá se matricula em duas disciplinas e conclui as disciplinas em 1983. Devido à prisão, levou 8 anos para se formar.

Esse era o jovem que o DPF o classificou como perigoso, terrorista e comunista. É o que se verá nesta pesquisa.

As fontes institucionais pesquisadas foram Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano e Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. No Arquivo Público Estadual, identificamos e coletamos as matérias acerca de sua prisão nos jornais Diário de Pernambuco, de maio a julho de 1978. Priorizamos esse período por ter sido representativo do “clima” constituído/instituído de sua prisão. No Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, no setor DOPS, identificamos e coletamos por fotografia os documentos oriundos das Secretarias de Segurança Pública (como as Secretarias Auxiliares). No Arquivo Nacional, identificamos e coletamos documentos confidenciais, oriundos dos órgãos do SNI, do Exército, do DPF (Departamento da Polícia Federal), da Marinha, etc. Sua busca foi feita pela internet, com cadastro na página do referido arquivo.

O Jornal do Commercio, por não estar disponível para pesquisa, foi eliminado da amostra e como fonte. Procuramos documentos no CFCH/UFPE, onde Cajá estudou, no curso de Ciências Sociais, mas encontramos apenas o seu histórico escolar. Já no Conselho Universitário da UFPE

inexiste informação sobre o caso. A ata que corresponde ao período antes de sua prisão e a próxima ata, que teve sua reunião em julho, não faziam referência ao caso.

Fizemos também um levantamento bibliográfico das pesquisas científicas sobre os órgãos de segurança em Pernambuco, já que o anticomunismo, fartamente produzido em 64, não teve origem na ditadura civil-militar, mas no levante militar da década de 35, que tinha Luís Carlos Prestes como referência. Tal fato justificou um anticomunismo fervoroso. Além desse estudo, pesquisamos sobre a dimensão ideológica da ditadura e o governo de Ernesto Geisel, pois foi nesse período que se deu a prisão de Cajá. Também pesquisamos bibliografia científica acerca dos órgãos de segurança (AESI, ASI) presentes nas universidades.

Antes de apresentar os procedimentos e instrumentos de análise, algumas considerações são importantes sobre a natureza desses documentos, já que eles nos guiaram na interpretação sobre a prisão de Cajá.

Há, de certa forma, uma mística sobre tais documentos, já que, no senso comum, espera-se que o contato com eles e com a verdade venha à tona. Como já alertou James Green (2011, p. 206), “a palavra escrita tanto pode ocultar quanto revelar”. Padrós (2009), por sua vez, pede cautela quanto a esse aspecto:

Ainda em relação ao uso das fontes, cautela semelhante ao uso dos testemunhos e dos jornais deve ser manifestada no tratamento dado aos denominados documentos oficiais, cuja lógica interna (informação, contra-informação, pontos de vista, etc.) pode capturar o

leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade (PADRÓS, 2009, p. 39).

Discutindo a importância desses documentos, Carlos Fico (2012) ressalta que:

Os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio. Mas se nós entendermos “verdade” em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos fenômenos, então podemos afirmar que a “verdade” que os documentos da ditadura registram é mobilizadora (FICO, 2012, p. 58).

Camargo (2002, p. 5) alerta sobre como perceber esses documentos, já que o “poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo” e que, por isso mesmo, produzem “informações nominativas, isto é, apreciações ou julgamentos de valor sobre pessoas explicitamente designadas. E as informações de caráter pessoal encontradas nos serviços de segurança são muitas vezes improcedentes, inexatas e enganadoras” (CAMARGO, 2002, p. 6).

Contestando a compreensão de que documentos dos arquivos são idôneos e verdadeiros, e, em consequência, são neutros e imparciais, Camargo (2002) ressalta:

A idéia de que os documentos falam por si – síntese caricatural da postura assumida pelos que se

empenharam em equiparar a história, no século XIX, às ciências naturais – tem seu lastro na idoneidade atribuída aos arquivos, convalidando o ponto de vista retórico de que a verdade é a medida do que se apresenta como incontroverso. Em torno desse eixo gravitam também os pressupostos de imparcialidade e naturalidade dos documentos de arquivo, conceitos cuja aceitação pelos profissionais de outras áreas encontra uma férrea resistência (CAMARGO, 2002, p. 7).

Para a autora, “os documentos carregam consigo, obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu” (CAMARGO, 2002, p. 9), pois

os documentos constituem prova do efetivo exercício de atividades repressivas e por isso mesmo são capazes de fundamentar, a posteriori, o exercício de direitos que se lhes contrapõem (anistia, indenização de vítimas, apuração de responsabilidades, restituição de bens confiscados etc.) (CAMARGO, 2002, p. 7).

James Green (2011) é bem incisivo quanto a essas fontes produzidas por estados autoritários: “encontramos uma série de mentiras e enganos registrados nos documentos de aparência oficial (...) são cheios de mentiras” (GREEN, 2011, p. 206, 211). O autor alerta que, apesar de vários silêncios contidos neles, os documentos como “vestígios”, “teoricamente cabe ao historiador o papel de usar este material incompleto para recuperar e criar narrativas sobre o passado” (GREEN, 2011, p. 210).

Kushnir (2006) defende a ideia de que esses documentos podem ser tematizados tanto na perspectiva da “história política quanto uma

abordagem cultural”. Para a autora, os investimentos nesses estudos nos ajudarão a entender o autoritarismo estatal constante desde a República.

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dimensionam o peso e o papel de uma cultura censora e repressiva no esforço de delimitar o legal e o ilegal. No Estado brasileiro republicano essa foi uma tarefa, um ato de fundação, que pode ser constatada nos trabalhos acerca da força e da ação da polícia no início da República, e se explicita como forma de impor um determinado modelo de cidadão ideal (KUSHNIR, 2006, p. 44).

Essa mesma autora alerta: “Os documentos do Dops [incluímos todos documentos da repressão] não devem ser tomados como a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais” (KUSHNIR, 2006, p. 51).

Posto esse olhar crítico sobre esses documentos e fontes, recorreremos a algumas sugestões e *noções* da Análise Crítica do Discurso para sua análise. Vale ressaltar que nos basearemos apenas em algumas noções e argumentos da AD que permitam, em um determinado momento, encarar os documentos da repressão como “discurso” (prática social), o que implica levar em conta ideologias, estereótipos, pressuposições e ambiguidades.

A análise do discurso e do imaginário exigiu fazer algumas perguntas que são próprias do estudo histórico institucional: quem é o sujeito que se diz e como se diz de si próprio? Quem está ausente/presente no dizer/representar? A quem se diz servir a instituição e a quem, de fato, a serve?

Quem são aqueles que sofrem ou recebem a ação da instituição? O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido?

Como se destaca aqui, as categorias de análise social se conectam, se ligam às de análise linguística. Essas argumentações teóricas nos impõem conhecimento histórico - o que está posto anteriormente - e institucional - SNI/DOPS quanto ao seu imaginário de fundação e de identidade (ou identidades), construídos historicamente. Ambos são instituições imaginárias, que possuem linguagens próprias e convencionais, e elaboram rituais (encontros, normas, cursos, classificações, etc.), diferentemente das entidades educacionais, como as universidades, que elaboram discursos diferentes. A ciência se caracteriza pela “neutralidade”, pela “objetividade” da coleta e análise, pelo “método de exposição racional” (escrita ou fala ordenada pela logicidade), pela “clareza conceitual” e, em aparente contrariedade, pela sua própria problematização acerca de sua “natureza” – o que os órgãos de repressão não podem fazer, já que sua “natureza” é produzir “inimigos” e não problematizá-los.

Uma das noções a serem utilizadas para análise das amostras é a pressuposição. Por pressuposição entendemos que “são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 155), e que, “em muitos casos de pressuposição, o ‘outro texto’ não é um outro texto especificado ou identificável, mas um ‘texto’ mais nebuloso correspondendo a opinião geral”.

Ducrot (1987) destaca que

o subentendido, ao contrário, ocorre em momento posterior a esse ato, como se tivesse sido acrescentado

através da interpretação do ouvinte; quanto ao pressuposto, mesmo que, de fato, nunca tenha sido introduzido anteriormente ao ato de enunciação (como se o ouvinte não soubesse, antes da formulação do enunciado [...]), ele procura sempre situar-se em um passado do conhecimento, eventualmente fictício, ao qual o locutor parece referir-se (DUCROT, 1987, p. 20).

As pressuposições podem ser manipulativas e sinceras, conforme Fairclough(2001). Na primeira, “o(a) produtor(a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, insinceramente e com intenção manipulativa”. Na segunda, o seu oposto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 156).

Na mesma direção, Charaudeau e Mainguenu (2004, p. 404) destacam que os pressupostos “correspondem a realidades supostas já conhecidas do destinatário (evidências partilhadas ou fatos particulares decorrentes de seus saberes prévios)” e “são assumidos por uma espécie de voz de coletiva”.

O pressuposto, observa Fairclough (2001), é o mesmo que o “pré-construído” em Pêcheux, pois “remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído” (“como se esse elemento se encontrasse aí”) (PÊCHEUX, 1995, p. 93). Sobre isso, Charaudeau e Mainguenu (2004) destacam que aquele que “evidencia” o que foi “já dito” é “porque [esqueceu-se] quem foi seu enunciador” (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004, p. 401).

Para este estudo, o “pré-construído” e os “saberes compartilhados coletivos” serão tratados na ordem extralinguística, ou seja, por meio de

ideias e representações estruturadas que impulsionam um julgamento sobre a realidade, que impõem um posicionamento político, que se diferencia daquilo que os linguistas analisam (alguns articulam com o externo). É o que Orlandi (2009, p. 32) define como “memória discursiva”, ou seja, é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra” – aqui se encontra a questão da ideologia.

Esse pré-construído pode se apresentar pelo extra-discurso: assolação de imagens, de sentimentos. Castoriadis (1991) complementa que, em algum lugar, há o indizível: no mundo não comporta e importa palavras, logo, sentidos.

Chamamos a atenção de que os órgãos de repressão se constituíram/instituíram na exigência de aperfeiçoamento, na contratação de especialistas, na formação “técnico-científica” e importam o imaginário social científico para legitimação da instituição repressora – acoplada a da burocracia, com finalidade de resultados e eficiência.

O discurso científico, que é a expressão e maneira de ser da instituição imaginária social, importa sócio-historicidade (há unidade/universalidade e diferença). É um discurso de “representação” (direto e indireto) e um metadiscurso por recorrer às citações diretas e indiretas, pois se coloca como distanciado do objeto (coisas, pessoas, instituições) do qual se fala. Por outro lado, apesar desse distanciamento, é um discurso de ambivalência, pois incorpora a questão do poder e da ideologia hegemônica – e de suas tensões e contradições.

O imaginário social (no caso aqui da instituição segurança) se estabelece pelo afeto, pela representação e pela intencionalidade. Afeto vem do latim *affectus* (afetar, tocar) e

constitui o elemento básico da afetividade, conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza (CODO; GAZZOTTI, 1999, p. 51).

O imaginário social é “identificado” pelos seus efeitos. Afeto, conforme Zimmerman (2012), deriva do latim *afféctus* e se refere a “um estado físico ou moral, uma disposição de espírito, sentimentos que afetam o psiquismo, tanto no que diz respeito às afeições (amizade, amor, ternura) como ao vocábulo *affecções*, no sentido de processo mórbido” (ZIMERMAN, 2012, p. 49). Pode, também, ser referido ao destinado: alguém é afetado por (AULETE, 2011). O afeto exprime “qualquer estado afetivo, penoso ou desagradável [...] quer se apresente sob a forma de uma descarga maciça, quer como tonalidade geral [...] o afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1995, p. 9).

Do ponto de vista operacional, o afeto será identificado por frequências de categorias-chave (LSN, subversivos/subversão, terroristas, comunistas), investimento, como o conjunto de palavras investidas no objeto afetado.

Os documentos a serem analisados são do SNI (Informação nº 460, 119/ARE/78), tipificado como “Secreto”, e seus anexos “informativos” (panfletos, notas, matérias de jornais) e “comprobatórios” imparciais (laudo

de perícia técnica, depoimentos de Cajá e de policiais, etc.); o documento da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Santa Maria (No. 473/ASI/UFSM/78); o documento do Ministério da Justiça. Confidencial (16 de outubro de 1980); o documento de análise de conjuntura do Ministério do Exército, Gabinete do Ministro (CIE) (informação nº 253 s/102/ A5/CIE), tipificado como “Confidencial”, que tem como título “Análise da Subversão no Brasil em 1979” (270 páginas) – focaremos na análise das seções “Movimento Comunista Brasileiro” (MCB, 1979, p. 45-49) e no “Movimento Estudantil” (ME, 1979, p. 167-190); no processo nº 132/78, estabelecido sentença.

A narrativa histórica levará em conta a cronologia histórica dos acontecimentos, mas não será prisioneiro dela, já que a história não é uma sucessão de acontecimentos como os documentos tentam nos convencer (e convencer-se). A história é um conjunto de significações (representações, afetos e intencionalidades) estruturadas/estruturantes que tem componentes cognitivos e inconscientes (que se manifestam na linguagem, nos rituais, nos símbolos materiais ou não). Há uma certa lógica/ilógica que comanda as ações humanas no tempo, inclusive na sua linguagem.

Uma pequena regressão aos órgãos de repressão política

O imaginário social, na perspectiva adotada aqui, e como sugere Fairclough (2001), exige estudos históricos da instituição em foco.

Chamaremos a atenção de que a instituição “segurança”, anticomunista, advém da década de 30, pelo DOPS (e similares), e que a ESG e o SNI complexificam sua organização, alimentando do imaginário onipotente e paranoico.

Mas antes de tratarmos dos órgãos de repressão, tratemos de um imaginário inerente a esses: a burocracia. A racionalidade burocrática se materializa não somente nas normas organizacionais e institucionais, mas em seus documentos (veremos mais adiante). A burocracia visa à eficiência, ao controle do processo, ao registro (de homens). Os documentos dos órgãos de informação passam por mudanças quando seu imaginário social, em historicidade específica, intervém e estabelece (ampliando ou modificando) novas linguagens/imagens/símbolos. A burocracia se altera no e com o tempo.

Abrucio e Loureiro (2018), em sintonia com Max Weber, chamam a atenção para as questões do “poder burocrático”, que enfatiza a “lógica dos meios ou dos valores instrumentais diante dos fins últimos”. Para eles, a “racionalidade instrumental da burocracia” produz ‘especialistas sem espírito, sensualista sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado’. Ainda com Weber afirma: “a ditadura da burocracia está a caminho” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 32).

Esses autores advogam que o modelo varguista de organização e administração “criou uma burocracia voltada ao desenvolvimento, institucionalmente ligada ao mérito e ao universalismo” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 42), e que implicava uma estrutura organizacional capilar através do DASP, os “daspinhos” nos estados, que representava

os interesses do Estado presidencial diante das federações. Assim se pronunciou: “o DASP teve papel de controle político sobre os governos estaduais, por meio dos ‘daspinhos’; peças fundamentais na engrenagem autoritária e centralizadora do Estado Novo” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 42).

Conforme Bercovici (2010, p. 81), a reforma administrativa da ditadura civil-militar “foi elaborada a partir de uma comissão denominada Comestra (Comissão especial de Estudos de Reforma Administrativa), criada pelo Decreto nº 54.501, de 9 de outubro de 1964”, presidida por Roberto Campos, e que prevalecia, nos discursos oficiais, inclusive nos de Castelo Branco, uma compreensão de que o Estado é uma “subsidiária da iniciativa privada”, fornecida pelo ideário fascista de Benito Mussolini (BERCOVICI, 2010, p. 82).

Esse discurso não impediu a expansão do Estado, cuja criação de estatais no interior da ditadura entre 1966 e 1976 foi de 60%. As empresas estatais foram forjadas pelo discurso de “racionalidade empresarial” e vigoradas na reforma do Decreto-Lei nº 200/1967 – o controle das estatais previsto nesse decreto funcionou apenas na formalidade e na burocracia, conforme o autor anterior. Para alguns pesquisadores, “propiciou uma espécie de feudalização” e “[aceleração] com a introdução da lógica empresarial” (BERCOVICI, 2010, p. 87).

“Essa racionalidade empresarial” apostava nas “autonomias” dos órgãos públicos frente ao Estado, apesar do arreo ser comandado por este último. Logo, “advinha de ideologia antipolítica e tecnoburocrática, a partir da qual o regime se definia como instrumento modernizador” (ABRUCIO;

LOUREIRO, 2018, p. 44). Assim, continuam os autores, contradizendo o discurso ideológico da tecnoburocracia:

A própria ideologia da superioridade da técnica sobre a política, central no discurso dos militares, foi refutada pelas mazelas autoritárias e pelo necessário apoio que teve de buscar crescentemente nas oligarquias regionais, com o objetivo de tentar controlar as pressões sociais, especialmente a partir da abertura e da transição democrática (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 44).

Com a reformada década de 90, de uma administração de procedimentos para uma administração de resultados, Bercorvici (2010, p. 89) ressalta que não houve de fato reforma de Estado, mas que as chamadas “agências independentes” “foram simplesmente acrescentadas à estrutura administrativa brasileira, não modificaram a administração pública, ainda configurada pelo decreto-Lei nº 200/1967, apenas deram aura de modernidade ao tradicional patrimonialismo que caracteriza o estado brasileiro”.

Se no campo administrativo houve “mudanças para permanência”, o mesmo ocorreu no campo das relações civil-militar, conforme os estudos de Jorge Zaverucha na Constituição de 88. Segundo o autor, “a Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada e chegou a adicionar novas prerrogativas” (ZAVERUCHA, 2010, p. 40). Os militares tiveram controle sobre o processo de redemocratização, transformando em leis as suas prerrogativas. Para o autor, “uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969” (ZAVERUCHA, 2010, p. 45)

Os órgãos de repressão: pequeno relato

Gama da Silva (2007) e Motta (2012) destacam que a polícia política, que denominamos de Estado Policial, surgiu bem antes da ditadura civil-militar. A Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foi criada pela Lei nº 71, de 23 de dezembro de 1935, e tinha como finalidade “Proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social; Exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social”. Em novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o serviço de Repressão ao comunismo em Pernambuco (GAMA DA SILVA, 2007). O medo ao comunismo foi sua justificativa político-ideológico.

Especialização, aprimoramento, modernização eram argumentos para melhorar a segurança pública. Exigência de uma polícia que tivesse conhecimento técnico-científico foi tema da Assembleia Legislativa em 1961. Cursos no estrangeiro foram feitos com os EUA (1959), Inglaterra, Uruguai etc. Modificações nos organogramas foram alterados na medida em que “aperfeiçoavam” a sua finalidade.

Na década de 30, os crimes foram especificados como “crimes ideológicos”, entendendo-se como “crimes baseados na perversão das ideias, ou em ideias consideradas permissivas, ‘perigosas’, ‘malditas’” (GAMA DA SILVA, 2007, p. 48). Para Gama da Silva (2007, p. 50), “em todos os Relatórios da Delegacia Auxiliar contidos nos prontuários funcionais da Delegacia que vi de 1932 até 1968, a maioria, fazem referência ao partido comunista, o que reforça a tese do comunismo como alvo principal da repressão”.

No governo Vargas, as designações de crimes políticos remetiam à “agitação” e ao “perigo vermelho”; nos anos 50/60 foram a segurança nacional; nos 60/70 foram as referências ao movimento estudantil, pichação, panfletagem e terroristas (década de 70). A “subversão” era o conceito-chave em todos eles (GAMA DA SILVA, 2007).

Na era Vargas, o aparato informacional posto em prática foi “ampliado no regime civil-militar, com a integração de todos os órgãos de segurança (SNI, CENIMAR, CISA, CIE, DOPS estaduais). O que era antigo se fez novo, foi atualizado (...) o corpus policial não se teria estabelecido com tanta competência, sem essa ferramenta fundamental” (GAMA DA SILVA, 2007, p. 104).

Em 1990, o DOPS foi extinto em Pernambuco e criado o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública. Após apresentar e comentar as novas normas, a autora destaca que os “argumentos e estrutura quase não sofrem modificações (...) não negam a articulação com outros órgãos de informações federais e estaduais” e a modificação da nomenclatura “demonstra que as práticas de controle social apresentam-se como estratégia do Estado” (GAMA DA SILVA, 2007, p. 11).

Uma peça importante nos governos militares foi a criação da “comunidade de informações”. O SNI teve papel importante na centralização como agente político de espionagem e produção de informações para os governos militares.

Gaspari (2002) chama a atenção para a participação efetiva de Goubery do Couto e Silva na criação do SNI nas definições de política

do governo da ditadura civil-militar. A função do SNI, Serviço Nacional de Informações, seria uma “CIA voltada para dentro”, ou seja, voltada à construção de uma rede de informações para o interior do Brasil e que não assumiria operações de intervenções. O SNI nasceu onipotente, prestaria conta apenas ao presidente da República – em 1982, estima-se um quadro de 6 mil funcionários. Conforme Golbery C. e Silva,

O SNI é um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda do sigilo. (...) Daí porque um Serviço como esse nunca deve, por outro lado, assumir responsabilidades operacionais, sob pena de tornar-se um observador diretamente “engajado” no êxito da operação que tomou a si (GOLBERY apud GASPARI, 2002, p. 157).

Se o SNI atuava internamente, suas parcerias eram internacionais: EUA, Grã-Bretanha, Portugal (GASPARI, 2002). Apesar de as normas da lei terem definido o SNI por sua atuação como assessoria de especialistas, ele foi um “ativo operador político”, como pondera Elio Gaspari.

o SNI nunca foi um organismo politicamente neutro destinado a informar o presidente. Desde o início funcionou como uma assessoria política, partidária quanto à defesa do regime, pessoal quanto à defesa das manobras do mandatário, pretoriana quanto ao código de conduta militar que seguia (GASPARI, 2002, p. 167).

Conforme o Correio da Manhã, em 13 de junho de 1964, o novo órgão, o SNI, era definido como “um ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático” (GASPARI, 2002, p. 157). A sua importância no governo militar pode ser medida pela presença de dois presidentes que saíram de sua gestão: Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

Golbery (2002, p. 157) sonhava com um órgão de elite e de alta especialização: “O chefe do SNI sonhava recrutar os quadros para a subseção do exterior entre os melhores alunos das universidades, capturando-os no penúltimo ano dos cursos”. Se se encontra permanências na configuração do ordenamento da administração e nas forças militares, também se pode dizer o mesmo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). De 1931 a 1990, surgiram 11 siglas – com reformas e criações de órgãos que tratam do objeto de segurança social e política (GAMA DA SILVA, 2007).

Como deu para indicar, brevemente, tanto os órgãos de repressão de fase local para nacional quanto a administração descentralizada para centralizada, retornando para a descentralização em busca de resultados, mantêm um núcleo permanentemente autoritário, patrimonial e vertical. Então, há uma certa confluência do discurso burocrático com o discurso dos documentos da repressão? Se alimentam do mesmo imaginário vertical – apesar de diferenças pontuais?

Esse monitoramento, com agentes ultrassecretos e seus documentos de “informação”, até onde se sabe, de docentes e estudantes, iniciou-se em 1937, na Faculdade de Direito, conforme Ricardo (2018).

A missão era a de identificar os estudantes e professores que fossem contrários à permanência de Getúlio Vargas e o interventor Agamenon Magalhães no governo. Desde 1937 a partir da implantação do bonapartismo, o movimento estudantil foi colocado sob suspeição por causa de uma propaganda intitulada “antifascista” e o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida para Presidente da República, na sede da União Democrática do Brasil. Nessa ocasião foi solicitada pela DOPS de Pernambuco a prisão de Irineu Joffily Filho, Juvino Lira e Paulo Pimentel Melo, e ainda identificados Teocrito Rodrigues de Miranda e Antônio França (RICARDO, 2018, p. 283).

Ainda de acordo com a pesquisadora, “em agosto de 1944, um dos folhetos que questionava a permanência de Vargas na Presidência foi retirado do mural da Faculdade pela ‘pólicia da gestapo pernambucana’ e, em resposta, os estudantes organizaram protestos contra a presença daquela polícia” (RICARDO, 2018, p. 283)

Os docentes da UFPE serão monitorados por essa tradição de Estado Policial/burocrático que se alimenta e produz classificações, rótulos próprios, construindo – reforçando – e inventando sua identidade e seus inimigos.

A ‘lógica estrutural’ dos documentos

Há uma variedade de documentos da “comunidade de informação” da ditadura civil-militar: informação, informes, relatórios, dossiês, prontuários, encaminhamentos e pedidos de buscas. Para este artigo, analisaremos apenas

os tipificados como de “informação”. Identificaremos, primeiro, o que é comum nos documentos da repressão das secretarias estaduais civis para os militares: todos aqueles que são “subversivos” devem ser registrados com a identificação de nomes, endereços, filiação familiar e uma certa narrativa descritiva do que o “suspeito” ou o “convicto” subversivo disse ou fez.

Contudo, há uma mudança significativa na estrutura compositiva dos documentos da repressão se compararmos com os da ditadura civil-militar, sobretudo com órgãos estaduais de segurança. A lógica burocrática está presente, mas não é tão padronizada quanto a da ditadura. Os órgãos estaduais registram órgão emissor, data, número da informação, nome da pessoa e familiares. Em alguns textos, os dados são narrativos e alguns explicitamente ideológicos, como ocorreu com o professor Amaro Soares Quintas, que sofreu qualificações morais (e explicativas das motivações pela sua transgressão à lei) pelo secretário de Segurança Pública de Pernambuco, de sua Delegacia Auxiliar, em 1/10/64, por meio de um ofício dirigido a um juiz de Direito. O documento diz que:

nunca a nossa **mocidade estudantil tornou-se tão intoxicada** de ensinamentos contrários ao regime democrático. Muitos dos nossos professores de nível universitários, ou por **esnobismo** ou por pretenderem ficar **nas graças do oficialismo, receosos** de serem taxados de reacionários ou adeptos do chamado “gorilismo” (...) os professores passaram a incensar os regimes totalitários e socialistas. (destaque da pesquisa)

Após esse discurso, o documento informa do que se trata: matéria de um jornal que identifica que o professor prestou solidariedade ao

ditador Fidel Castro, não restando outra ação senão incluí-lo na Lei de Segurança Nacional.

Já a composição dos documentos da ditadura civil-militar são “objetivos”, pois visam a um alto controle, constando, nos documentos dos tipos “confidenciais”: nome do órgão que expediu o documento em letra maiúscula e em destaque, assunto, data, origem do documento, difusão, anexo, protocolo carimbado, datado e assinado (se cópia, autenticando fé). Os documentos quanto à idoneidade eram classificados por letras (A a F) e números (1 a 6). Esses documentos podem ter pequenas modificações, dependendo do órgão produtor, mas não modificam sua natureza racional, burocrática e pretensamente técnico-científica.

Os suspeitos ou os convictos subversivos são *desumanizados* pela linguagem dos órgãos da repressão, naturalizando-os como “coisas” ao nomeá-los burocraticamente como “epigrafado/a” (intitulado, denominado), “nominado/a” (referente a ele/a), “elementos” (sujeito referido), padronizando o tratamento e produzindo eficiência (economia), o que resulta em um imaginário de imparcialidade e neutralidade. Como recurso de enquadramento linear e dedutivo, os documentos se utilizam do termo “antecedentes” como instituidor de uma “essência” identificadora que, certamente, confirma, comprova, no presente sua ameaça e o seu perigo à sociedade. Nos “antecedentes”, foca-se na descrição “objetiva” (amizade, lugar, grupo de pertencimento, profissão/estudante, etc.), com sutilezas ideológicas do lugar do “suspeito” ou do “convicto”.

Nesses documentos, podemos encontrar, e encontramos com frequência, cópias de matérias de jornais, panfletos e notas de entidades como

constatação do que se registrou sobre determinada pessoa (nominado(a) ou relativo a um grupo). Essas imagens (jornais/documentos diversos, inclusive pessoais de funcionários e/ou alunos de instituição educacional) funcionam como “provas” da realidade descrita pelo órgão.

Ferreira (2016) chama a atenção para o fato de que qualquer pessoa poderia estar nos registros dos órgãos de informação, já que bastava conhecer ou estar próximo com algum suspeito, o que era motivo de estar fichado. Assim,

Qualquer dado, mesmo baseado em indício aparentemente insignificante, poderia ser usado posteriormente como ato desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro (este último “tido como comunista”) era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional (FERREIRA, 20016, p. 16).

Quando da prisão do estudante Edival Nunes da Silva, Cajá, junho de 1978, já existiam os órgãos de segurança no Brasil dentro das universidades federais: **DSI** – Divisões de Segurança Institucional (1967), **ASI** – Assessorias de Segurança e Informações (1970), **AESI** – Assessorias Especiais de Segurança e Informações (1971) (MOTTA, 2008).

Acerca desses órgãos e do reitorado de Paulo Maciel, Antonio C. Palhares M. Reis (2012), por exemplo, disse que antes da ASI ter sido institucionalizada, existiam docentes, estudantes e servidores que faziam papel de dedo duro. Para qualquer cargo, a ASI investigava os antecedentes

políticos. George Browne do Rego (2012), reitorado de 1983-1987, disse que nunca houve intervenção dos militares nos reitorados diversos, inclusive no de Paulo Maciel. Se George Browne desconhecia intervenção na UFPE, Jonio S. P. de Lemos (2012) já identificava um militar que intervira constantemente na UFPE: “segunda pessoa do Exército”, Ibiapina. “Foi ele que fez a maior campanha de luta contra os professores na escola. Colocou Baltar, Pelópidas Silveira, Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim pra fora” (2012, p. 182). Maria Antonia Amazonas Mac Dowell (2012) informa que se dava bem com Paulo Maciel, mas como ele era “político”, “eu não gostava de misturar política com universidade”. Ela criticava-o por aparecer pessoas pedindo favores, ou emprego com referência dele. Maria Antonia ficou mais desgostosa por ele estar articulando a sucessão dele com Geraldo Lafayette, o qual o considerava inapropriado para o cargo.

Um desses órgãos, a ASI da UFPE, criticou a postura do reitor Paulo Frederico por não ter sido austero com os estudantes. Em dois momentos, 23/6/78 e 10/07/78, registraram em seus documentos de informação, conforme prontuário do reitor Paulo Frederico do Rego Maciel:

O nominado compareceu a referida Assembleia, comunicando sua visita ao estudante preso. Preocupado em dar satisfação aos grevistas não pediu na qualidade de Reitor da UFPE sequer a suspensão da citada greve (BRASIL, SNI, 20/04/83, p. 5).

Foi informado à AC/SNI sobre a ação conciliadora do nominado na Assembléia estudantil realizada no dia 17 mai 78, no âmbito da UFPE, programada pelo DCE/UFPE, com o objetivo de angariar o apoio de toda a

classe estudantil em solidariedade ao universitário Edival Nunes da Silva – “CAJÁ” (BRASIL, SNI, 20/04/83, p. 6).

Cajá, em entrevista com a pesquisa, em 27 de agosto de 2019, interpretou a visita do reitor à sua pessoa na cela por pressão da assembleia, a qual o forçou a solicitar uma visita. O reitor foi vaiado ao afirmar, no seu retorno à assembleia, que não existia sinais de tortura e que Cajá estava bem. Com esse dado, o reitor queria encerrar a greve. Outro aspecto dito por Cajá é que, na sua visita, o reitor passou apenas alguns segundos em silêncio e se retirou.

Em um documento (2/08/78) da ASI/Universidade Federal de Santa Maria, a situação do reitor Paulo Maciel da UFPE é citada em tal documento como prova de um movimento contrário às ASIs. O reitor disse que a Polícia Federal não interveio na ASI para não contratar o professor Geraldo Marques, já que a ASI é ligada à segurança do MEC. Conforme o documento, “o ataque as ASI pode ser também interpretado como ataque a todo o SIsNI, pois, no campo psicossocial, são as ASI de Universidades que estão em contato direto com a massa jovem e intelectualizada do País”. O documento alerta ainda que existe uma “Campanha Nacional contra as Assessorias de Segurança das Universidades”. Por sinal, “alguns Reitores começam a explicarem-se perante órgãos de imprensa e a retirarem apoio aos seus ASI, temendo críticas da imprensa que, mal dona e falsamente, procura apresentar os ASI como mais poderosos que os próprios Reitores” (BRASIL, 1978, p. 4,5).

Em outro momento e documento (BIC, 18/07/75), em estado paranoico, este afirma que o Pró Reitor para Assuntos de Intercâmbio

Científico e Cultural e indicado para lista sêxtupla, prof. Paulo Frederico do R Maciel é um “esquerdista”. Conforme o documento, que lista docentes com “comportamento esquerdizante”, afirma que “consta que nunca adotou um comportamento em favor da Revolução de 31/Mar/64, guiando-se por atitudes cômodas e oportunistas. Em 1974, durante palestra do Dep Fed Marcos Freire, na Escola Superior de Administração, fez a saudação daquele parlamentar, tecendo-lhe inúmeros elogios. Parece não possuir tino administrativo” (BIC, 18/7/75, p. 6).

A ASI, assim como o SNI e o IV Exército, acompanhou de perto o desenrolar da greve na UFPE, suas assembleias e deliberações. Registrou, classificou, explicou e julgou seus objetos de observação. Porém, antes, veremos que o Exército brasileiro acompanhava as greves de trabalhadores, as mobilizações e a refundação da UNE. Produziu análise política da situação da subversão no Brasil e no mundo. Trataremos aqui apenas a brasileira.

O medo e ojeriza do outro

O Ministério do Exército brasileiro, Gabinete do Ministro, CIE (Centro de Informação do Exército), em documento classificado como confidencial em 24 de abril de 1980, com o título “Análise da subversão no Brasil”, em 1979, analisou a situação de subversão no Brasil, definindo situação, inimigos, natureza. Em um texto longo de 270 páginas, nos deteremos apenas na classificação e caracterização do “Movimento Comunista Brasileiro”, no movimento sindical e estudantil.

O documento é contemporâneo à prisão de Cajá e a de outros identificados do PCR que estamos analisando, datando de maio de 1978.

O discurso é militar: classifica o inimigo, coloca-o como inimigo, apresenta-o como ameaça e diagnostica militarmente o presente para visualizar o futuro. A linguagem recorre, também, à descrição dos “fatos”, tanto políticos (das organizações comunistas, subversivas) quanto sindicais (sindicatos, greves e grevistas) e estudantis (reconstrução da UNE e suas organizações e líderes). Recorre-se ao discurso direto (referente à citação de outros), substituindo, sem apresentar as fontes das referidas citações.

Quanto às “generalidades” do Movimento Comunista Brasileiro (MCB), segundo o discurso estabelecido, o comunismo é um ente harmônico (mesmo reconhecendo a existência de vários grupos) com vida própria, racional e possui como foco a implantação do comunismo em solo brasileiro. Tem um corpo (apesar de afirmar que “não tem estrutura orgânica”) e natureza que podem ser nomeados e identificados. Tem uma origem: nasceu em 1922. Esse “movimento”, que tem uma direção objetivada, é designado de MCB.

Designa-se por MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO (MCB) ao conjunto de organizações que atuam ou atuaram no BRASIL, bem como as organizações de fachada criadas, infiltradas ou dominadas pelos comunistas. O MCB é um movimento revolucionário de âmbito nacional, orientado e conduzido de acordo com a ideologia marxista-leninista para a implantação de um regime comunista no País. (BRASIL..., 1979, p. 45).

Vendo-o e caracterizando-o como um “órgão” coerente e harmonioso, a partir de 64, identificamos três etapas desse Movimento, desconsiderando a complexidade da sociedade (sociológica/antropológica/psiquicamente), da sua economia e da sua história (que se atuam mutuamente):

- “- defensiva estratégica, de 64 a 73;
- equilíbrio estratégico, de 74 a 1978;
- contra-ofensiva, de 1979 em diante” (p. 45).

Com linguagem de citação indireta, assume o discurso do Outro, substituindo-o e realizando um monólogo. A fonte não é indicada. Assim, afirma: “segundo o MCB, nos dois primeiros períodos... de resistência a luta frontal de massas passaria ao primeiro plano”. Continuando na exposição sobre a estratégia do MCB, a da etapa do “equilíbrio” será “quando uma oportunidade fosse oferecida pelo atual regime”.

Com a instituição das “aberturas” políticas pelo General Ernesto Geisel e assumidas e ampliadas por Figueiredo, o MCB percebeu o momento, “a oportunidade”.

Usa aspas sem identificar fontes, o que sugere que as citações são do MCB, as quais, assumidamente pelo Exército, “não tem estrutura orgânica”. Provavelmente, a ausência de fonte permite homogeneizar o comunismo como único, provido de estratégia “única”. Possibilita, assim, a construção do bem *versus* mal, o Eu *versus* Eles. Soares (2005), em estudos sobre monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1985 a 1993, diz que as recebeu (vinte) com certa resistência por parte da

instituição, mas sem as referidas bibliografias. Será praxe desses órgãos não possuir fontes bibliográficas? As fontes únicas são dos órgãos de informação e de suas avaliações internas feitas pelo Alto Comando?

O MCB pretende, assim, por “incursoes pré-ofensivas”, cita o Exército como discurso do Outro, do MCB, “desencadear mobilizações amplas a partir de uma posição política vantajosa e, vice-versa, criar taticamente posições políticas vantajosas para desencadear mobilizações amplas”.

Novos discursos diretos são feitos com a apresentação das pretensões do MCB, que são “romper o imobilismo das massas” e “acelerar a intervenção da oposição popular como movimento de massas” (p. 46).

Após esse diagnóstico estratégico do MCB, o discurso identifica nas organizações sociais (sindicato, igrejas, entidades estudantis, segmento da imprensa, partido – segmento da oposição) seu esteio e acolhimento. “Foi nas ‘Organizações de Massa (ODM)’ que o MCB encontrou a principal resposta às suas proposições”, taxa o Exército a função social dessas organizações (p. 46).

Em discurso indireto, sem fazer citações diretas, fala como se fosse o Outro que elabora sua estratégia: “...Dentro deste contexto, tornou-se imperioso buscar um instrumento de ação que possibilitasse não só romper o imobilismo através de mobilizações amplas, como também acelerar...” (p. 46).

Já na seção do Movimento Sindical, em sua conclusão, enuncia consubstancialmente: “Nunca ocorreram tantas greves no País. Aliás, o numero de greves em 1979 foi superior a 1963 quando a situação era de caos e pré-revolucionária” (p. 195).

No primeiro parágrafo sobre o movimento sindical (MS), o documento é taxativo: “O ano de 1979 foi marcado pelas inúmeras greves que eclodiram nas mais diversas regiões do País” (1980, p. 191). Após a apresentação das greves num tempo cronológico ascendente, com informação da quantidade de grevistas, seus líderes e seus resultados, declara: “Praticamente em todos os Estados e principais cidades do País ocorreram movimentos grevistas que mobilizaram mais de 2.000.0000 de trabalhadores” (1980, p.193). São citadas as greves:

Categorias	Dia/Mês	Grevistas	Observação
Professores	12 a 23 Mar 79 (RJ)	82.000	
	09 Abr 79 e 10 Abr (SP)	250.000	
Motoristas e cobradores	17 Mai 79 (BH)	---	Greve 37 dias
	16 Jan 79 (RJ)		Adesão de 95%
	02 de Mai 79 (SP)	---	Chapa vitoriosa do Comando de Greve
	02 de Jul 79 (RJ)		
Metalúrgicos/operários	12 de Mar (SP/ABCD)	150.000	15 dias. Lula
	----	----	Souza Cruz (PA, BH, RJ)
	23 Maio (10.000	Siderurgia Manesmann
	29 Jul (BH)	----	Construção Civil
	11 de ago (MG)	---	Siderúrgica
	13 de Ago 79 (PA)	---	Construção civil
	11 Set (RJ)		Metalúrgicos
	26 Set (MG)	60.000	Metalúrgicos
	1 Out (CE)	---	Metalúrgicos
	12 Out e 14 Out (MG)	---	Metalúrgicos
Jornalistas	28/10 (SP)	320.000	Metalúrgicos
	Maió (SP)	---	Rotundo fracasso

Várias outras greves foram citadas, como as dos bancários, transporte de oleoduto, canaviais (PE), etc.

As citações das greves são intercaladas com qualificações de julgamentos, como “violentas” (quebra-quebra, piquetes, depredações), como a greve dos motoristas e trocadores do RJ – caracterizando-se “pela onda de violências com quebra-quebras e piquetes em vários pontos da cidade” (p.191); a dos operários da construção civil (MG) – “Esta greve teve um desenrolar violento, com depredações e ações de piquetes” (p. 192); e seus impactos, com enorme mobilização, tais como a do ABC:

A greve dos metalúrgicos paralisou 150.000 empregados e se constituiu em extraordinário fator de mobilização da classe com assembleias realizadas em estádios de futebol reunindo até 60.000 pessoas. Essa greve também se caracterizou pela organização de um Comando Geral de Greve (CGG) e de um fundo de Greve; contou ainda com o apoio de várias entidades nacionais e internacionais, particularmente de políticos do MDB e de setores da Igreja Católica (p. 91).

Em busca de uma síntese política, o documento apresenta os pontos comuns em todas as greves do ano nominado:

- a. todas as greves basearam-se em reivindicações salariais;
- b. a criação do “Fundo de Greve” com contribuições financeiras e de alimentos, não apenas dos operários em greves, mas de diversos setores, para dar sustentação ao movimento;

- c. a criação do “Comando Geral de Greve (CGG)”;
- d. a infiltração comunista nos movimentos grevistas;
- e. o apoio recebido de elementos e órgãos estranhos à categoria profissional em greve.

Para o imaginário social do Exército, manifesto nesse documento, o que se caracteriza como fundamental é a autonomia criadora do movimento dos trabalhadores de não se submeter à ordem instituída. Essa insubmissão se materializa na negação da tutela e na reação da classe trabalhadora à violência do Estado. Ao esconder a violência do Estado pela violência do Outro (quebra-quebra, piquete), explicita sua existência pelo silêncio de si (uma instituição da morte). O Estado (as forças repressoras e o governo) (as que detêm armas) aparece como vítima e como reativa à violência dos trabalhadores (aos que não têm armas).

Aqui, a linguagem descritiva desaparece – dados frios e sociológicos. O Outro emerge com classificações depreciativas e culposas na medida em que teria que se posicionar e julgar um comportamento e ação que fogem aos seus desígnios de tutela. Sua pressuposição (comunistas, terroristas, infiltrados) acerca dos sujeitos narrados comanda o julgamento sobre as lutas sociais em andamento. De certa forma, há uma perplexidade pela criação dos fundos de greve, dos Comandos de Greves Gerais, pelas greves consideradas “ilegais”, mas assumidas como legítimas (“a greve é ilegal, mas é legítima” – diziam os grevistas).

Assim, a autoridade foi posta em xeque nesse domínio do imaginário institucional militar, já que

a violência observada na maioria das greves, com a constituição de “piquetes”, depredações e desordens públicas, obrigando a intervenção policial, que por sua vez, era enfrentada e destacada, provocando incidentes de certa gravidade, tanto que houve um saldo de 3 (três) mortos e dezenas de feridos em consequência de agitações provocadas por grevistas (p.195).

Greves em setores que são “essenciais”, como serviço público, na ótica do Exército, são uma afronta à autoridade, já que foi carimbada como “ilegal” (mas qual não é ilegal numa ditadura?) pelo Ministro do Trabalho, “provocando uma situação rotulada de ‘ilegal’, mas ‘legítima’, criando assim uma situação de fato, de ‘ilegalidade consentida’, acarretando o desprestígio do Governo, pois as leis que regulam o direito de greve não ‘seriam para serem cumpridas’” (p. 195).

Tratando as reivindicações das greves como legítimas, mas “desvirtuadas” para “fins políticos”, desconsidera que toda greve é política, já que elas estão centradas em interesses e valores. Mas não só, o Exército se coloca como sujeito político, pois se apresenta contrário ao direito de greve e às possíveis greves futuras – entrando em contradição com sua afirmação que as reivindicações são legítimas. Coloca como sua missão, o que tanto critica nos outros, exercer a política.

o desvirtuamento de reivindicações operárias para fins políticos; o estabelecimento de coordenação a nível regional e mesmo nacional. Não resta dúvida de que o movimento grevista em 1979 foi o ensaio para testar, de um lado, a disposição do Governo, de outro, lideranças, dispositivos e receptividades junto às classes envolvidas

diretamente e ao público em geral. Os resultados obtidos foram favoráveis, devendo, por isso, esperar-se em 1980, uma radicalização no Movimento Sindical, com o surgimento de greves políticas, a reconstrução da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) ou outra entidade similar, como ocorreu com os estudantes que reorganizaram a UNE em 1979, e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), pelas lideranças sindicais (p. 195).

Produzindo valores nesses “acontecimentos”, o documento qualifica esses pontos que compõem a síntese do documento. Chama a atenção para o Fundo de Greve, que foi além daqueles que faziam greve, recebendo apoio dos de fora, isto é, “evitando que premidos por necessidades econômicas inadiáveis os grevistas fraquejassem e retornassem ao trabalho” (p. 194). Sobre a “infiltração comunista” nos movimentos grevistas, o documento registra como “fato comprovado particularmente no que respeita à presença de elementos da ‘Convergência Socialista’ e do PCB”, e de pessoas estranhas, como as entidades religiosas assistenciais e educacionais.

Enquanto no documento do Exército as greves eram produzidas por um “conluio” comunista, aproveitadores da situação, alguns pesquisadores ressaltavam que as greves de 1978-79 significaram o primeiro ciclo de greves, pois ele estaria associado ao crescimento da urbanização e industrialização do período de 64-85. No plano ideológico, há uma ruptura com a “tradição populista” e os militares perderam o controle da situação diante dos sindicatos e das resistências democráticas.

O final da década de 1970 representou uma ruptura da história das relações de trabalho no Brasil em vários sentidos. Em primeiro lugar, rompe-se a tradição

populista na qual a relação entre sindicatos e governo era ambígua entre favorecimento e conflito. Embora a estrutura sindical tenha sido mantida até a Constituição de 1988, as relações entre governo e sindicatos mudaram substancialmente. Os dois períodos militares, “duros”, e “abertura”, foram marcados pela total ausência de diálogo entre governos e sindicatos, embora após 1978 os militares tenham perdido o controle sobre os sindicatos e a opinião pública fosse crescentemente favorável à redemocratização (NORONHA, 2007, p. 125).

Para outros pesquisadores, “durante as greves de maio-junho, foram mobilizados mais de quinhentos mil trabalhadores urbanos na área do ABC, em São Paulo e em Osasco, núcleo do desenvolvimento industrial do país” (KORNIS; SANTANA, s/d). Esses movimentos estavam articulados com a manipulação de dados da inflação pelo governo, intervenções do próprio nas negociações entre empresários e trabalhadores, e intervenção direta nas greves propriamente ditas, com militares invadindo as empresas para encerramento do direito de greve.

Os sindicatos a serviço do governo ditatorial não conseguiram segurar a onda de greves em todo o país e, em particular, no centro produtivo do país, São Paulo. Assim,

a greve de março de 1979 dos metalúrgicos do ABC demonstrou, segundo José Álvaro Moisés, os limites de ação do sindicato oficial, que, por sua própria estrutura, era incapaz de canalizar os anseios de participação e de decisão oriundos do movimento de massas, além de ameaçar a eficácia de sua própria utilização pelas novas lideranças sindicais. (KORNIS; SANTANA, s/d).

Já o documento sobre o Movimento Estudantil (ME) ressaltou a importância da refundação da UNE – destacado pelo documento como “grande vitória” -, da criação de entidades gerais (UEE) e de órgãos (CONEG), DCEs e CAs. Não tratava das greves, mobilizações e assembleias, apenas quando se referia à recriação da UNE e das suas entidades.

No tópico ME, o tema da “ilegalidade legítima” saiu do MS e foi para o ME, pois foram criados órgãos e entidades, postos anteriormente, que não eram concernentes com a lei atual, sendo ilegais. Assim, o documento expôs:

Esta reorganização é ilegal, dentro da tática preconizada pelas organizações subversivas do fato consumado, ‘ilegal’, mas ‘legítimo’. As autoridades sem se oporem à ‘ilegalidade consentida’, deram origem às declarações das lideranças subversivas de que as “leis não são para serem cumpridas” (p. 188).

Conforme o discurso legalista, estabelecido pela ditadura civil-militar e inerente às ditaduras, já que o Outro é uma ameaça e a lei tem que ir ao encontro da criminalização, as entidades estudantis estavam regidas pela “Lei nº 6680, de 16 Ago 77, [que] regula a existência, estruturação e funcionamento das entidades estudantis”. Conforme essa lei,

São permitidos apenas os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e Diretórios Acadêmicos (DA) organizados de acordo com a referida lei, sendo proibidos os chamados DCE- Livres e DA- Livres e Diretórios Universitários (DU) que aos criados desrespeitando os dispositivos nela estipulados.

Como já bem lembrou Enriquez (1999, p. 253), “a democracia não é aceitação das regras do jogo, é o jogo com as regras, não é o respeito pela legalidade, é a tentativa de construir uma legitimidade incontestável e sempre contestada”. A concepção autoritária, continua o autor, só aceita o “jogo quando a soma é nula”, ou seja, é o “medo do outro”. Essa concepção não pode

admitir a existência de um conflito estrutural, o qual só [concebe] como preâmbulo de desordem, ou mesmo de anarquia. [Recusa] a idéia de que os ‘gritos’, a desordem, possam contribuir para o avanço das sociedades. [Sonha] com um mundo imóvel onde os porta-vozes estariam garantidos contra qualquer oposição e se abrigariam contra qualquer tempestade (ENRIQUEZ, 1999, p. 254).

Tendo em vista o crescimento das entidades em todo o país, o governo estabelece nova lei mais restritiva às entidades estudantis. Esperava-se uma eficiência do governo e o tiro saiu pela culatra: reforçou o discurso de “ilegal, mas legítimo”, pondera o documento. Assim, em 01 outubro de 1979 foi publicado o Decreto nº 84.035, lançado 48 horas antes da eleição da UNE. O documento interpretou politicamente que o lançamento interpelou a ação para a mobilização e realização das eleições:

Este Decreto ocasionou, entre outras, as seguintes consequências: Crescimento das atividades e do interesse das chapas orientadas pela esquerda porque julgaram que:
- “o Decreto tinha por interesse esvaziar o movimento para eleição da UNE; - o Governo tentava impedir a

participação dos estudantes no processo político do País; - o Governo restringia a liberdade de organização dos estudantes; - era mais uma violência da ditadura contra os estudantes; - o Decreto não era pra ser cumprido”.

b. Esvaziamento da única chapa não controlada por comunistas: - “por serem legais suas entidades estudantis participantes e, portanto, enquadradas no Decreto; - pelo temor de terem seus nomes registrados nos Órgãos de Segurança; - pelas punições que poderiam advir; - por haver possibilidade de serem encarados como contrários ao Governo” (p. 185).

Não somente os estudantes com suas entidades foram objetos desse documento, mas também os docentes, já que “despertaram” para seu papel na formação dos jovens e procuraram “criar, infiltrar e ativar as chamadas Sociedades de Docentes e de Professores, ao mesmo tempo em que promovem encontros regionais e nacionais, chegando a vislumbrar a formação de uma entidade nacional à semelhança da UNE” (p. 189-190). Nesse momento, os estudantes deixaram de ser “ativistas” e passaram a ser tutelados pela Ordem com suas preocupações frente aos docentes.

Podemos concluir que o Exército se colocava como um sujeito político – não burocrático -, que tem em sua finalidade uma missão: impedir a autonomia dos movimentos sindicais, estudantis (e outros) e precisa se preparar para tal façanha derrotando os “infiltrados”, colocando o MS como inimigo, já que “espera-se para 1980 a ocorrência de greves políticas e uma maior radicalização no movimento sindical” (p. 199).

Se a representação imaginária de inimigo, numa força militar, numa ordem de governo, é predominante, a sua eliminação, inclusive física, é

central para sua prática institucional. Para a sua eliminação, dos indesejáveis, utiliza-se da prisão, do crime de tortura ou de morte, como várias pesquisas científicas e da Comissão da Verdade já analisaram/relataram.

Enriquez (1999), ao caracterizar o Estado Autoritário, ressalta que este é “hierárquico, elitista, é um Estado onde a pulsão de morte é cultivada, a agressividade sustentada. Estado de sangue. Estado voltado para a guerra. Guerra contra os inimigos internos, contra as outras nações (...) O Estado ditatorial é voluntariamente paranóico”, estando a “negação” como mecanismo central (ENRIQUEZ, 1999, p. 279).

“O paranoico é um messias”, afirma Enriquez (2007), “enviado para colocar ordem e garantir o reinado da verdadeira lei, da qual ele é o único possível porta-voz” (ENRIQUEZ, 2007, p. 77). Esse discurso tem ressonância, destaca o autor, porque “ele promete grandeza, pureza, exigência, culto ao herói, rigor na obediência” (ENRIQUEZ, 2007, p. 80).

Ora, o paranoico constrói seu imaginário pelas categorias binárias pureza/impureza, pelo Outro, desconhecido, não identificado como si, como estranho/inimigo. Mas, nas organizações burocráticas, encontramos outro imaginário instituído: o apático. O apático, que pode ser um burocrata, indiferente ao outro, é incapaz de se permitir afetar-se (identificar-se com um semelhante). Essas duas dimensões estão fortemente presentes, certamente nas organizações de repressão (coisificação das normas e hierarquia).

O apático, observa Enriquez (2001, p. 24),

não detesta ninguém, mas é incapaz de amar. (...) Viver sem culpa, ele só pode ter vergonha de não ter cumprido bem suas tarefas. Funcionário consciencioso, executa as ordens, muitas vezes, com extremo zelo (...) Não se interroga sobre o valor das ordens, pois interiorizou perfeitamente os preceitos e os princípios da razão instrumental.

A conjugação de ambos (o paranoico e o apático) impõe uma fronteira sem limites, possível de ser observada constantemente nas relações entre patrões e empregados, onde o primeiro, em nome da empresa, procede de forma humilhante e detratora com seus subordinados, argumenta Eugène Enriquez. Sobre isso, reflete o autor,

Quando a posição paranóica, sempre um pouco manchada de sadismo, une-se à posição apática, perversa, os limites não são mais respeitados. O paranóico, seguro de seu valioso direito, certo de lutar contra as forças do mal, coloca todas as suas energias e pulsões a serviço de sua causa. Se ele é também um apático, um perverso, melhor fará esse “trabalho”, com a capacidade meticulosa de um funcionário exemplar (ENRIQUEZ, 2001, p. 26).

É nesse contexto de fragilização das representações de ameaças da conjuntura, num imaginário amigo x inimigo, pureza x impureza, sendo este último identificado no crescimento do movimento estudantil e sindical, em suas greves e na criação de organizações autônomas por parte de ambos, que Edival Nunes da Silva, Cajá, foi preso pelo Departamento de Polícia Federal (DPF).

A abertura democrática 'lenta, gradual e segura'

Vimos anteriormente o medo e o ódio ao comunismo, de corte paranoico, rondando o discurso do Exército no ano de 1980. Uma paranoia de ameaça futura estava na ordem do dia. Tanto o movimento sindical quanto o estudantil saíram vitoriosos em suas lutas e empreitadas organizacionais na interpretação do Exército. Novo cenário nebuloso emergia contra os missionários anticomunistas.

O contexto desse discurso pessimista foi no fim do governo presidencial do General Ernesto Geisel (1974-1979), que assumiu a “abertura” política “lenta e gradual”, desagradando vários setores militares e civis - inclusive o governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, que assumiu de frente a criminalização de Cajá e de outros jovens presos.

Numa análise de discurso dos discursos dos presidentes da ditadura civil-militar, Indursky (1992) observa o discurso genérico de Geisel acerca da função da “oposição”, semelhante ao de Castelo Branco. Percebe-se que dependendo do contexto histórico nuances de significados são até “desaparecidos” (cidadão, por exemplo) do vocabulário como no de Garastazu Médici e em outras são modificados mas são confluentes e não opostos necessariamente, prevalecendo uma significação conservadora.

Na análise apresentam-se três representações quanto a oposição política: uma oposição autorizada, outra hostil e por fim, uma oposição genérica. As três necessariamente, conforme a autora, não se recusam mutuamen-

te: são conservadoras e autoritárias. Da mesma forma, quando se estuda os significados/significantes de “brasileiro”, a autora encontrou o seu “uso”:

1 - “referindo-se àquela parte da população que aprovou os métodos adotados, vale dizer, classe média, igreja, militares, classes produtoras, etc (...) são os bons brasileiros que possuem “reservas profundas de civismo””; 2) Os brasileiros que se opõem à Revolução (...) , são referenciados os diferentes segmentos progressistas da sociedade que se opuseram à Revolução mas que, ainda assim, são representados como brasileiros (...) aqueles que não preenchem as condições para a cidadania e a nacionalidade. (INDURSKY, 1992, p.119, 120).

Quando a autora utiliza-se do marcador discursivo “cidadão”, este “é muito pouco freqüente no discurso em análise (...) número bastante reduzido de seqüências discursivas. Deve-se ressaltar, igualmente, que não foi registrada nenhuma ocorrência de cidadão no domínio discursivo do Presidente Médici”. (INDURSKY, 1992, p.112) Em Castelo Branco, “cidadão é aquele que abdica voluntariamente de seus direitos em nome de seus deveres cívicos (INDURSKY, 1992, p. 112). Já em Costa e Silva é diverso (...) Destaque-se, inicialmente, que esta seqüência pertence a um discurso pronunciado após o golpe de estado interno realizado através do AI-5, em 1968. (...) percebe-se que o cidadão não é mais o guardião de seus próprios interesses. O Estado apropriou-se desta guarda, ficando este sob sua tutela. Se, em Castello Branco, o cidadão abdicava voluntariamente de seus direitos” em Costa e Silva “estes lhe foram confiscados: cidadão agora reduz-se aquele que possui um único direito: o de submeter-se livremente aos deveres que lhe são impostos pelo Estado. (INDURSKY, 1992, p.113).

Com o jogo discursivo de “abertura, lenta, gradual e segura”, incorporando mesmo que genérico, o cidadão, o povo brasileiro, nessa nova fase estratégica, foi construído pela imprensa (Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil) e por parte dos militares, que o presidente Ernesto Geisel tinha sido o “patrono” da abertura democrática, um “estadista” (FAGUNDES, 2018). Para além dessa imagem construída, elencamos várias situações de manipulação e autoritarismo do governo Ernesto Geisel, tais como o Pacote de Abril, em que “o presidente Geisel, no dia 1º de abril de 1977, decretou tanto o fechamento do Congresso [por 14 dias], quanto, por meio do AI-5, uma série de reformas constitucionais”. No Pacote Abril (14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-leis), encontramos a “eleição indireta para 1/3 dos senadores” (conhecido como “biônicos”), eleições indiretas para governador, extensão às eleições estaduais e federais à Lei Falcão, alteração do quórum de 2/3 para maioria simples emendas constitucionais, ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos (MOTA, s/d).

Da mesma forma, Kushnir (2012) identifica nesse governo o uso de ferramentas autoritárias e violentas (Pacote de Abril), inclusive com censuras à imprensa e aos apoios da mesma a esses governos. Uma cumplicidade autoritária.

Para Mathias (1997), esse presidente não tinha compromisso com a “democracia”, a sua defesa era circunstancial, foi “calculado” com o intuito de se manter os dedos, mesmo que se perdesse os anéis. A autora observa que “em nenhum momento o projeto distensionista de Geisel é relacionado à crença na democracia. Suas preferências políticas, como nos informa sua fala, dizem respeito a um cálculo que tem por base a preservação da instituição castrense” (MATHIAS, 1997, p. 369).

Como homem do Exército, já que queria ser reconhecido como tal na história, “vá defender métodos que aos olhos de todos parecem apavorantes”? Enfrentou a “linha dura” e acabou com o AI-5 não porque fora um “democrata”, “mas porque redundaria em benefício para a instituição armada” (MATHIAS, 1997, p. 370). Taxativamente, sem ambiguidades, Mathias afirma a estratégia desse presidente: “a distensão ‘lenta, gradativa e segura’ foi uma operação militar. Uma ação planejada e executada por um chefe militar para que os militares saíssem do poder sem fracassos, sem tropeços e, ao mesmo tempo, para garantir o projeto castrense para o país” (MATHIAS, 1997, p. 370- 371).

Fagundes (2018) analisa que, para Ernesto Geisel, encaminhar sua “abertura” era neutralizar, segurar o MDB, de modo que este não crescesse no processo político-eleitoral, assim como segurar em seu interior militares denominados de “linha dura” – afastando o general em estado paranoico, Sylvio Frota, que via comunista até no domínio do governo do presidente Ernesto Geisel. Para ele,

do ponto de vista dos atores militares, pretendeu-se claramente um processo de abertura “lento e seguro” e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição (D’ARAÚJO, 1995). O símbolo máximo dessa manobra foi a demissão, em 12 de outubro de 1977, do general Sylvio Frota, ministro da Guerra e principal quadro militar da chamada “linha dura” (FAGUNDES, 2018, p. 107).

As prisões, assassinatos, violência contra manifestações, manipulações político-eleitorais (senador biônico, manutenção das eleições indiretas para

governador) continuaram. Com a descoberta de um documento da CIA¹, em 2018, confirmou-se que o presidente Ernesto Geisel sabia das operações de repressão “ilegais”, como também autorizou o assassinato de “subversivos” (FAGUNDES, 2018).

É a luta pela anistia que enfraqueceu a ditadura e a colocou na parede, fazendo-a contra-atacar, não aceitando “anistia ampla e irrestrita”. As primeiras entidades à frente dessa luta foram “o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os Comitês de exilados no exterior, o Comitê 1º de maio pela Anistia, as entidades estudantis e, a partir de 1978, o Comitê Brasileiro da Anistia (CBA)” (FAGUNDES, 2018, p. 107).

Na luta pela libertação de Cajá, estava pautado pelo movimento estudantil, como veremos adiante, anistia ampla e irrestrita para todos os presos políticos. A UNE e suas entidades entraram com intensidade por essa bandeira de luta (1977), dando uma contribuição importante ao seu crescimento.

Os estudantes ocuparam posição de destaque nas manifestações em defesa das “Liberdades Democráticas”. O surgimento do “Comitê 1º de Maio pela Anistia” e da chamada Comissão Pró-UNE foram momentos fundamentais para transformar a pauta da Anistia numa bandeira de mobilização de diferentes seguimentos da sociedade brasileira (FAGUNDES, 2018, p. 108).

Ferreira (2016), estudando a censura nas correspondências dos presos políticos, chamou a atenção para divergências no governo Ernesto

1 Foreign relations of the United States, 1969–1976, volume e–11, part 2, documents on South America, 1973–1976. Memorandum from director of central intelligence colby to secretary of state kissinge. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>

Geisel acerca do direito de se fazer devassa nesse ínterim. Observamos, também, que o abrandamento e a criação de leis acerca do direito às inviolabilidades das correspondências não devem ser um indicador de defesa da democracia por Geisel. Recorrendo a Keneth Serbin, ressaltamos a dualidade (legitimidade/autoritarismo) presentes na ditadura do Brasil.

Montaram uma complexa estrutura de governo que manteve mecanismos da “democracia representativa liberal” junto com poderes arbitrários para o Executivo. Entre outros exemplos, podemos lembrar que o regime manteve o Legislativo em atividade, mas afastaram ou eliminaram os políticos que se opunham ao governo²⁶. Permitiram a realização de eleições periódicas para o Legislativo e indiretas para a presidência, mas quando não gostavam do resultado das eleições, mudavam as regras do jogo para se manter no poder. Mantiveram os sindicatos, mas, sob a tutela de uma rígida legislação sindical e algumas sob intervenção militar. Permitiram a circulação da imprensa, mas estabeleceram uma forte censura. Mantiveram o Judiciário, mas reorganizaram a Justiça Militar com o objetivo de dar forma legal à estrutura repressiva da ditadura (FERREIRA, 2016, p. 9-10).

A prisão de Cajá pelos órgãos de repressão

Vimos anteriormente o medo (crescimento do movimento estudantil e sindical, e dos comunistas “infiltrados”) e o ódio (aos comunistas) presentes e a paranoia comandando pelo imaginário social do Exército. Nesse contexto, a presidência de Ernesto Geisel induziu a “abertura” que desagradou setores

militares e civis – onde o Sylvio Frota via comunista até no governo dele, sendo afastado por aquele. Em Pernambuco, veremos na seção da análise dos jornais, que o governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, foi contrário ao fim do AI-5 e chegou a ser ministro de Garrastazu Médici (1969-1974), considerado em consenso pelos pesquisadores como a gestão mais tenebrosa entre os presidentes, numa análise macro. Cavalcanti assumiu outros cargos importantes na ditadura civil-militar.

A trajetória do governador José Francisco Moura Cavalcanti demonstra seu forte vínculo com o Estado e, particularmente, o autoritário. Em 1954 apoiou a candidatura de Cordeiro de Farias ao governo do estado de Pernambuco, sendo eleito. Em 1960 apoiou Janio Quadros à presidência e recebeu nomeação ao governo do território do Amapá. Em 1966 representou Pernambuco na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e entre 1967 e 1970 presidiu a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Siriji (PE). Em julho de 1970 foi nomeado ao INCRA por Garrastazu Médici, sendo seu primeiro presidente. Em 10 de maio de 1973 foi nomeado ministro da Agricultura. Em 15 de março de 1975, fim da presidência de Garrastazu Médici (1974), tomou posse como governador de Pernambuco – eleito pela Assembleia Legislativa. Foi contra a extinção do AI-5, declarou-se favorável à criação de novos partidos, ordenou à polícia intervenção na passeata de estudantes em setembro de 1977, proibiu debates na Faculdade de Direito com presença de senadores do MDB. Apoiou o general Sylvio Frota, que acusou a presença política de comunistas no governo de Ernesto Geisel, foi contra a anistia, ampla e irrestrita, e condenou a ideia de legalização do Partido Comunista². As fotos ilustrativas a seguir, de Moura Cavalcanti

² Conferir José Francisco de Moura Cavalcanti. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-de-moura-cavalcanti>

com os presidentes da República Garrastazu Médiçi e Ernesto Geisel, são significativas sobre a sua ligação com a ditadura.



Governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, com o presidente da República, Ernesto Geisel. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Ditadura Militar.



Governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, com o presidente da República Garrastazu Médiçi. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Ditadura Militar.

É nesse contexto que analisaremos os documentos da repressão sobre a prisão de Cajá.

O IV Exército, acompanhando a situação na Faculdade de Direito, citada anteriormente, se pronunciou em seus registros internos, no documento classificado como “Confidencial”: “culpou”, indiretamente, os senadores por não aceitarem a intervenção do deputado para o não comparecimento ao evento – com a proibição do debate pelo diretor da Faculdade de Direito, os estudantes com os convidados, senadores do MDB, foram em passeata. Conforme o discurso, “vários elementos foram detidos” (cinco) na passeata.

O Governo do Estado, através de um emissário, Dep Est ARENA/PE CARLOS VERAS, líder do Governo na Assembléia Legislativa, fez saber ao Senador PAULO BROSSARD, telefonicamente, no hotel onde estava hospeda do, as razões que o levavam a impedir a manifestação e formulou apelo para que ele e os demais não comparecessem ao local, e para que dissuassem os estudantes de realizarem as atividades proibidas. Combinou, então, o Dep VERAS, ir até o Hotel do Sol, conversar com os senadores. Quando lá chegou os mesmos já haviam saído para a concentração; não o esperaram, portanto (BRASIL, 1977, p. 4).

Foram produzidas as seguintes faixas, conforme documento do Exército: “PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS”, “ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA”, “HABEAS-CORPUS PLENO” e “ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE”. Essas palavras de ordem estão também na luta pela libertação de Cajá.

O reitor da UFPE, Paulo Frederico do Rego Maciel, o mesmo que se pronunciou sobre a prisão de Cajá, não foi favorável à proibição do debate. O documento da repressão acusa-o de incitar os estudantes contra o diretor da Faculdade por ter proibido a discussão em seu recinto. Assim, fez o pronunciamento de um discurso acusatório: “parecem ter a finalidade de estimular a realização de atos contestatório no “campus” da Universidade, com o beneplácito e sob o manto protetor da Reitoria” (BRASIL, 1977, p. 5).

Quanto aos documentos de prisão de Cajá, para os órgãos de repressão, Edival Nunes da Silva, Cajá, “foi preso em RECIFE/PE, em 12 Mai 78, com base no Artigo 59 da Lei de Segurança Nacional (LSN) e indiciado em Inquérito como infrator do artigo 43, daquele diploma Legal, como suspeito de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário (PCR)” (BRASIL, 1981, p. 1). Continua o mesmo documento: “o nominado presta contas à direção do PCR de suas atividades de aliciamento, assistência e orientação ideológica marxista revolucionária, referentes a diversas pessoas dos meios estudantis, operários e de outras áreas onde atuava” (BRASIL, 1981, p. 1).

A prisão de Cajá ocorreu após a prisão de seus colegas pela Polícia Federal, que denominou suas prováveis residências de “aparelhos” – três lugares. Nesses “aparelhos” foram apreendidos grande quantidade de documentos e materiais de natureza nitidamente subversiva, pertencentes ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), reveladores de recentes atuações atentatórias à segurança nacional, desenvolvidas pelos denunciados no meio estudantil, operário, camponês e eclesiástico deste Estado, principalmente ligados à reorganização do aludido Partido Comunista Revolucionário” (BRASIL, 1978, p. 3).

Para esse processo (nº 132/78), os denunciados vinham se articulando e promovendo frequentemente reuniões nos citados ‘aparelhos’, objetivando o desenvolvimento das atividades do [PCR], com a disseminação da prática das ideologias marxista-leninistas, dentro do âmbito universitário, operário, camponês e eclesiástico, vale repetir, influenciando e provocando opiniões, emoções, atitudes e comportamentos contrários aos princípios democráticos, exercendo, desta forma, atividades prejudiciais e perigosas à Segurança Nacional. Os exames periciais demonstram, ainda, que vários panfletos e boletins subversivos apreendidos nos “aparelhos” foram da autoria e confeccionados pelos próprios denunciados, merecendo ressaltar a apreensão dos exemplares sob os seguintes títulos (BRASIL, Sentença, 1978, p. 3).

Os argumentos de perigosos, até então, eram de ordem ideológica, como ficou claro na citação anterior: disseminação do marxismo-leninismo, vários panfletos subversivos, Lei de Segurança Nacional. Eles não são apenas subversivos e terroristas, difusores, são “produtores” de seus próprios documentos, o que, para o documento, é gravíssimo, já que a autonomia do Outro é prova por si só de sua ameaça: ser livre e criador de desejo.

Adiante, tenta-se argumentar com provas materiais e classificá-las como terroristas, citando vários objetos que comprovam tal classificação, recorrendo à locução adverbial “ademais”, reforçando a veracidade de seus argumentos:

Ademais, a apreensão de materiais utilizados nas ações terroristas, como sejam: óculos com lentes tampadas, máscaras de meia de nylon, produtos químicos para

confeção de explosivos, armas e munições, denotam nitidamente o *animus delinquendi et dolendi* dos denunciados (BRASIL, 1978, p. 4).

Percebemos que as “provas materiais” são bem genéricas e não explicitam o que são produtos “químicos” e quais “tipos de armas e munições” são essas e a quantidade encontrada. Curiosamente, apesar dessas provas materiais serem possíveis de colocar vidas em risco, essas designações apareceram apenas aí, não sendo repetidas no processo, o que pode sugerir que são “provas” insignificantes do ponto de vista do imaginário social. Já as designações Partido Comunista Revolucionário aparecem sete vezes, a designação “PCR” mais sete vezes e LSN apenas três vezes. Se somarmos as designações expressas na íntegra e as siglas que estão presentes no texto, totalizamos 14 referências ao Partido Comunista Revolucionário, demonstrando que o aspecto ideológico é mais importante do que a proteção das pessoas (ameaça das armas químicas e explosivos). Acrescentando a designação LSN, as questões referentes ao aspecto ideológico sobem para 17 vezes. Se acrescentarmos as designações “aparelhos” e “aparelhos subversivos”, subimos para 21 referências ideológicas.

Curiosamente, no documento de 30 de junho de 78 (ou 80), do SNI, o relatório cronológico dos “acontecimentos”, não faz menção aos “explosivos” e substâncias “químicas” encontradas com seu grupo, mas justificam sua prisão pelo DPF por “documentos apreendidos” apenas. Outra prova material, conforme documento, foi ter encontrado dinheiro, contribuições recebidas “mensalmente de várias pessoas”, o que comprova a “atuação dos denunciados como integrantes do Partido Comunsita Revolucionário” (BRASIL, 1978, p. 4).

Podemos deduzir do Processo nº 132/78 que a ameaça de bomba, explosivos, produtos químicos e contribuições mensais não foram as significações imaginárias centrais, manifestas, mas a defesa do Estado (LSN) contra os comunistas, como membros do PCR, motivando as denúncias para prendê-los. Não havia nada de concreto sobre eles como ameaça à sociedade, nenhum exemplo concreto de ação ou plano de ação ameaçador à “sociedade democrática”. Mas, por serem membros do PCR, marxista-leninista, difusores dessas ideias, era o fato que os amedrontavam e justificavam suas prisões.

Outras significações imaginárias e agentes políticos pelos órgãos da repressão

Os documentos da burocracia, imparciais, neutros, descritivos, instituem novas realidades, fabricando sujeitos. Vimos que, por trás da imparcialidade, outros valores emergem (e sujeitos), tanto nos documentos do Processo nº 132/78, como nos documentos de informação dos órgãos da repressão.

Veremos agora como esses documentos imparciais farão emergir novos sujeitos políticos (que não apenas os membros do PCR), rompendo a linearidade, a não problematização dessas emergências, fazendo-os seguir, continuar com sua linearidade descritiva. Isso se faz pela própria contradição da linguagem, da localização do sujeito na sua relação do Eu com o Outro (ideológico, político, gênero, etc.), como fissuras que são abertas decorrentes das lutas sociais da sociedade.

Esses sujeitos correspondem à assembleia estudantil, reitor Paulo Frederico, imprensa, órgãos internacionais. A emergência desses sujeitos, balançando a lógica enunciativa da burocracia repressiva, assustou o imaginário vigente, na medida em que fugiu ao controle da repressão.

No documento do Processo, a perplexidade reina quando a “sociedade” irrompe diante de sua linguagem harmônica, que classificava todos de comunistas e subversivos – valendo por si só. A repercussão e impacto da prisão de Edival, Cajá, deixa estonteante esse imaginário. Uma resposta possível: “um mecanismo qualquer foi acionado”. No discurso burocrático (impessoal), forçosamente, aparece a intervenção do político (público).

Preso EDIVAL, ocorreu reação jamais vista em termos de imprensa, políticos, clero, sacudindo esta cidade de Recife, com reflexos em todo o País e até no exterior, que teria provocado tais reações? A prisão ocorreu sem grande aparato, outros companheiros seus já tinham sido detidos, o inquérito que apurava as atividades do PCR estava em pleno andamento, sem maior estardalhaço. Evidentemente, um mecanismo qualquer foi acionado em favor de EDIVAL NUNES DA SILVA. (BRASIL 1978, p. 8).

Em outro documento, o “registro” sobre o apoio que Cajá recebeu de vários segmentos sociais, políticos (“radicais”) e institucionais, demarcou o texto:

Desde sua prisão, “CAJÁ” recebeu amplo apoio de políticos radicais de oposição, entidades estudantis e membros do clero. Inúmeros telegramas procedentes do

exterior, dirigidos ao Superintendente do DPF/PE e ao Juiz Auditor da 7ª CJM, traziam no seu texto, pedidos e acusações, fazendo com que aumentasse a solidariedade em torno do nominado (BRASIL, 1981, p. 1).

Em um documento tipificado como “Secreto”, em 30 de junho de 1978 (provavelmente), há um carimbo de 1980 do SNI, Informação 042 119 ARE. O documento contém um discurso cronológico de “acontecimentos” na UFPE acerca da reação da sua comunidade e de outras, diante da prisão do mesmo. Iremos apresentar, neste momento, apenas essa cronologia de “acontecimentos” produzida no documento:

1. Em 12 Mai 78, baseando-se em documentos apreendidos, o DPF/PE efetuou a prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA, no RECIFE, de acordo com o Art. Nº 59 da Lei de Segurança Nacional, indiciando-o em inquérito como infrator do Art. 43...
2. A partir de 15 Mai 78, elementos ativistas do movimento estudantil no RECIFE percorreram diversas salas de aula das universidades local, insuflando os alunos contra a medida, assegurando que o referido estudante havia sido sequestrado e que estava sendo torturado na prisão, encontrando-se em lastimável estado de saúde, com risco de vida...
3. Entre 16:00 hs e 17:20 hs do dia 15 Mai 78 foi realizada uma Assembléia Geral dos Estudante de Ciências Sociais, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE, em protesto contra a prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA, com a participação de cerca de 300 pessoas. Durante o evento, ficou estabelecido o seguinte: “Ou

estudantes do curso de Ciências Sociais entrarão em greve até ao dia 17 Mal 78, quando será desencadeada uma greve geral de todos os universitários; permanecerão em greve até a quebra da incomunicabilidade e a liberação de EDIVAL NUNES DA SILVA; envio de um ofício ao Reitor Paulo Frederico, solicitando que ele forme uma comissão de professores para tentar visitar o estudante preso...

4. As 13:00 hs de 16 Mal 78, estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Hemanas da UFFE promoveram assembléia permanente no 10º andar do prédio do Instituto Básico da UFFE, na tentativa de angariar o apoio de toda a classe estudantil em solidariedade ao universitário preso. Por volta das 20:00 hs uma comitiva composta por cinco alunos da UFFE, dentre eles... percorreram todas as salas de aula do curso noturno de Ciências Econômicas da UFFE, com aquiescência da administração daquela área de ensino e professores... Após elogiar o universitário preso, fez contundente críticas à ação do DPF/FE e aos “atos de repressão” levado a efeito pelo Governo;

5. No dia 17 Mai 78. Jau ... das 16:25 hs às 17:40 hs, foi realizada nova Assembléia de Estudantes (...) Na ocasião, o Presidente do DCE (...) explicou que aos presentes os principais objetivos da Assembléia eram: obter maior adesão ao movimento encabeçada pelos estudantes do curso de Ciências Sociais; manter a paralisação das aulas até a libertação do colega preso...

6. O Reitor da UFFE, PAULO FREDERICO DO REGO MACIEL, esteve presente à Assembléia, tendo afirmado aos participantes da mesma que visitara o estudante preso e que, aparentemente, o mesmo

não apresentava sintoma de torturas. Prosseguindo, solicitou aos universitários mais calma na Assembléia que estava sendo realizada...

7. Até àquela data (17 Mai 78), já haviam aderido ao movimento grevista na UFFE 08 Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Saúde; Artes e Comunicação; Tecnologia; Mestrados em Sociologia, Economia, Antropologia, Psicologia e Desenvolvimento Urbano; Pós-Graduação de Física e Educação: e professores de Física da UFPE. No dia 18 M 78, foi efetuada no horário das 12:15 hs as 13:05 hs, uma Assembléia de estudantes na UFRPE reunindo cerca da 150 alunos, inclusive representantes da UFFE...

8. Às 20:30 horas do dia 18 Mal 78, o DCE da Universidade Católica de PERNAMBUCO realizou uma Assembléia Geral de Estudantes, contando com a presença de cerca de 500 pessoas (...) Forças policiais ficaram nas proximidades da UNICAP não chegando a intervir. A Assembléia encerrou-se 21:40 horas....

9. Na Faculdade de Direito do RECIFE foi realizada, às 18:00 horas do dia 19 Mai 78, a queima simbólica da Lei de Segurança Nacional. No dia 22 Mai 78, estava prevista uma passeata saindo do prédio da Faculdade de Direito do RECIFE, em direção ao DPF/PE, com o objetivo de visitar o companheiro preso. Entretanto, face às medidas preventivas adotadas pela polícia, deslocando tropas de choque para as imediações daquela Faculdade e para o p percurso estabelecido, a referida passeata não se efetivou.

10. Em 17 Mal 78, o Superintendente da DPF enviou através de ofícios expedidos aos Reitores das Universidades local, cartazes apontando as

razões legais da prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA e solicitando ampla divulgação junto ao corpo docente e discente das universidades.

11. Em 18 Mai 78, a Arquidiocese da PARAÍBA e o DCE/UFPE distribuíram convites para a realização de uma procissão e missa no dia 20 Mai 78 em solidariedade à Igreja do Nordeste e aos estudantes atingidos (...) a partir das 19:00 horas do dia 20 Mai 78, foi realizada uma procissão.

O texto do documento anterior e do processo mesclam discursos objetivos, descritivos, impessoais, com estereótipos, com pressuposições e ambiguidades (quem fala?), citações diretas e indiretas/metadiscursos, e buscas por explicações ou justificações para um determinado tipo de comportamento ou de ação/resolução.

A classificação e a adjetivação estão bastante presentes, tanto no que diz às pessoas quanto referentes às intenções da ação por parte dos observados. O discurso tenta, intermediado por descrição e citações diretas (aspeados), explicar e buscar causalidades e consequências das intenções – apesar de visar à objetividade. Assim, o documento do SNI, em sua observação das ações dos estudantes da UFPE, identifica-os como “elementos ativistas” (estudantes), “ativista do movimento estudantil”, “políticos radicais” (políticos da oposição) e “advogado agitador”, “aliciador’ – Cajá (práticas de aliciamento: subornar, seduzir).

Com frequência, tenta interpretar as ações dos estudantes, suas pretensões, tais como os estudantes, em passagens por salas de aula, visam “insuflar” (jogar alguém contra outro) para “angariar apoio”. Como provas do “acontecimento”, da “insuflação” e de objetivos em “despertar” (verbo

transitivo indireto: sair do estado de inatividade) pretendidas, o(a) agente faz citação direta, o que tenta demonstrar veracidade ao seu “relatório”:

Esperamos que nossas palavras não entrem por um ouvido e saiam pelo outro. Esperamos, isto sim, que pensem e reflitam porque hoje foi o CAJÁ (o estudante preso) e amanhã quem será?

De modo algum acredito que o universitário esteja envolvido com o Partido Comunista Revolucionário (leitura de jornal com fala de Dom Helder Câmara)

Chama a atenção sobre a intensidade das ações “críticas contundentes” (adjetivo) aos “atos da repressão” pelo DPF a serviço do governo. Associações de causa/efeito/consequências são frequentes, recorrendo à conjunção adversativa (entretanto). Para o documento, os estudantes tinham uma intenção, mas foi desfeita devido “as medidas preventivas da polícia” (adjetivo defensivo), que corresponde a um fato não assumido pelo documento: impedir um direito básico de se manifestar em vias públicas em sociedades democráticas, preconizadas pelos próprios documentos. Ou seja, uma ação autoritária transforma-se numa virtude (“medidas preventivas”).

estava prevista uma passeata saindo do prédio da Faculdade de Direito do RECIFE, em direção ao DPF/PE, com o objetivo de visitar o companheiro preso. Entretanto, face às medidas preventivas adotadas pela polícia, deslocando tropas de choque para as imediações daquela Faculdade e para o percurso estabelecido, a referida passeata não se efetivou

Recorreu, também, a uma outra conjunção, que visa a uma conclusão lógica de causa (“comprovada ligação com o PCR”; “cumprindo a decisão”)/efeito (o CJM o condenou por unanimidade; “instaurou inquérito”). A relação de causa/efeito estava estabelecida.

Em 13 Jul 78, foi denunciado pelo procurador Militar de PERNAMBUCO, em virtude de sua comprovada ligação com o PCR. Portanto, o Conselho Permanente de Justiça do Exército da 7ª CJM, em 22 Mai 79, o condenou, por unanimidade (BRASIL, SNI, 16/10/80).

Cumprindo a decisão do TFR a Polícia Federal instaurou o Inquérito (BRASIL, SNI, 16/10/80).

O discurso sinaliza, também, para a bondade do órgão de repressão, o DPF, ao conceder favor (“permitiu”) aos familiares – ampliando essa bondade à instituição UFPE (o reitor) quando recorre ao advérbio (além), priorizando a concessão à autoridade. Em outro documento, pela sensibilidade inerente do Juízo (da ordem jurídica militar), revogou-se sua prisão (Cajá) – apesar das fartas provas apresentadas pelo DPF. Há uma inversão, própria da ideologia, que é transformar o Senhor como um igual. Mas há outro aspecto que devemos destacar: o direito (igualdade, normas igualitárias) não poderia se manifestar, porque existiam inimigos a serem eliminados. Ele emerge, o direito, como subserviente (secundário) ao Senhor. Como favor, bondade, ele pode não ser reconhecido pelo sujeito concedido à bondade e não corresponder generosamente a essa ação. Assim, comportou-se Cajá (“aproveitando-se... fez acusações de torturas”).

Procurando demonstrar a correção com que não conduzidas as diligências, a DPF/PE permitiu uma visita de 15 minutos à mãe do estudante, providenciou exames médicos periciais, além de autorizar ao Reitor (...) Aproveitando-se da oportunidade, o estudante fez acusações de torturas, seguro de que tais boatos encontrariam eco no meio estudantil, constantemente agitado pelo advogado (...) O indiciado foi submetido a perícia traumatológica... (BRASIL, SNI, 30/06/78/80).

apenas o marginado aproveitou-se da oportunidade para abrir espaço na imprensa e desmoralizar os órgãos de segurança perante a opinião pública. (BRASIL, SNI, 16/10/80)

O juízo, porém, sensível à sua situação [de Cajá] e pouca atividade revogou suas prisões preventivas, permitindo-lhes levar uma vida normal no curso do feito. (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 9).

EDIVAL NUNES DA SILVA, porém, logo após, ter tido revogada sua prisão pelo CPJEx., de forma até insólita, 'data venia', pois havia recurso em tramitação na Superior Instância e a defesa de tal recurso não desistiu, veio às ruas e sem respeitar sequer sua condição de acusado num processo em pleno andamento (...) arvorando-se em dono por inteiro da verdade (...) onde se pode notar o mesmo estilo de detentor da verdade (...) bem escondido sob sua aparência de moço tímido do interior (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 9).

Fundadas na lei as ações da polícia, bem como nos recursos técnico-científico (“competente exame”), assim se manifestou o discurso:

Em 17 de maio de 78, o DPF elaborou ‘ofícios expedidos aos Reitores das universidades local, cartazes apontando as razões legais da prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA’.. (BRASIL, SNI, 30/06/78/80).

Apos o competente exame, EDIVAL que afirmou ter sido ‘barbaramente espancado’, nada apresentou que provasse suas Alegações (BRASIL, SNI, 16/10/80).

Outras relações de causalidades foram estabelecidas. No processo nº 132/78 (BRASIL, SNI, 11/06/79), a causa (quantidade de documentos) / efeitos (membro do PCR, reuniões, confecção própria) resulta da relação intrínseca dos presos com o PCR. Várias provas materiais foram apresentadas como indiscutíveis.

Nestes “aparelhos” foram apreendidos grande quantidade de documentos e materiais de natureza nitidamente subversiva pertencentes ao PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO - PCR - reveladores de recentes atuações atentatórias à Segurança Nacional (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 2);

Esses documentos refletem claramente que os denunciados, todos eles, vinham se articulando e promovendo frequentemente reuniões nos citados ‘aparelhos’ (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 3);

Os exames periciais demonstram, ainda, que vários panfletos e boletins subversivos apreendidos nos “aparelhos” foram da autoria e confeccionados pelos próprios denunciados.

Novamente, recorre-se ao advérbio e locução adverbial (ainda, também, ademais) para reforçar o argumento de que existiam muitas provas contra os presos, coletados em seus “aparelhos” – alguns bem graves (ações “terroristas”). A construção do discurso impõe a quantificação de provas que seriam irrefutáveis na lógica discursiva.

Os exames periciais demonstram, ainda, que vários panfletos e boletins subversivos apreendidos nos “aparelhos”..

(...) Ademais, a apreensão de materiais utilizados nas ações terroristas... (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 3).

A atuação dos denunciados como integrantes do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO, se faz sentir, também, pela obtenção de donativos e conquistas de no os adeptos, inclusive, contribuições em dinheiro recebidos... (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 4).

Os presos comunistas do PCR fazem mal, são “perigosos”, pois “influenciam e provocam” “emoções, atitudes e comportamentos” contra o Estado (LSN) e os “ideais cristãos do povo brasileiro”. Implicitamente, assume-se que os órgãos de repressão são os agentes a defenderem a integridade da religião cristã do povo brasileiro e do Estado. Há uma

missão, pela qual os órgãos de repressão se autodesignaram, que veremos em outro momento nos estudos da pressuposição.

influenciando e provocando opiniões, emoções, atitudes e comportamentos contrários aos princípios democráticos, exercendo, desta forma, atividades prejudiciais e perigosas à Segurança Nacional (BRASIL, SNI, 11/6/79, p. 3);

Ademais, a apreensão de materiais utilizados nas ações terroristas, como sejam: (...) armas e munições, denotam nitidamente o *animus delinquendi et dolendi* dos denunciados contrários aos objetivos nacionais, inspirados nos ideais e princípios democráticos e cristão do povo brasileiro (BRASIL, SNI, 11/6/79, p. 3).

Como se viu, a narrativa de “acontecimentos”, objetivos, foi rompida em seu interior pela perplexidade quanto pelo reconhecimento das presenças de outros sujeitos políticos na arena social, repercutindo em outras leituras e narrativas – enquanto o DPF e os documentos de informação da repressão narravam representarem uma luta negacionista do bem (sociedade democrática e cristã) contra o mal (subversivos, comunistas, terroristas), outros documentos, cada um com sua lógica institucional, participavam da construção de uma narrativa sobre o episódio.

Como propôs Fairclough (2001), a análise de discurso exige, também, o uso de outros documentos e gêneros diferentes para que possibilite uma interpretação mais plausível sobre os discursos de lutas, disputas e mudanças. É o que veremos agora.

O personagem reitor Paulo Frederico do Rego Maciel

Chamamos a atenção que os documentos do SNI fizeram críticas ao reitor por não ser mais incisivo nas assembleias e na greve. Sabemos que os cargos de confiança só eram preenchidos por pessoas de confiança. Motta (2008) já alertou sobre a cooperação que havia entre docentes e dirigentes universitários com a ditadura civil-militar, não existindo “Reitor ou Diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente”. O autor aborda que, no máximo, ocorreram

jogos ambíguos e sutis de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre protestando apoio ao Estado. Assim, se os documentos da maioria das AESI [órgão de segurança que espionava e fazia segurança nas universidades] sumiram é porque são comprometedores (MOTTA, 2008, p. 33).

Contudo, a confiança não era suficiente para não emitir críticas e ser monitorado pelos órgãos da repressão. Todo o seu reitorado, quanto os dos outros³, “integrados” à revolução, como eles diziam, passavam pelos olhos e mãos dos agentes infiltrados nas instituições educacionais. Os órgãos de informação fizeram outras críticas ao seu reitorado, como,

3 Reitorados da UFPE: Murilo Humberto Guimarães (1964-1971); Marcionilo de Barros Lins (1971-1975); Paulo Frederico Rego Maciel (1975-1979); Geraldo Lafayette/Geraldo Lapenda (1979 -1983) e George Browne do Rego (1983-1987).

por exemplo, a contratação de professores considerados subversivos por esses órgãos.

Paulo Frederico do R. Maciel⁴ nasceu em 15 de abril de 1924, bacharelou-se na Faculdade de Direito em 1946, foi secretário de Finanças do governo Cid Sampaio, do estado de Pernambuco (1961-1963). Logo após o golpe militar de 64, em maio, foi nomeado à presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Foi deputado federal pela ARENA (1967-1971), partido que representava a ditadura no parlamento. Concorreu na ARENA, por eleição indireta, para o cargo de governador em 1974 (com apoio de Cid Sampaio) e perdeu para José Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979).

Foi professor na Faculdade de Filosofia de Recife, na disciplina de Sociologia, e professor-assistente de Economia Internacional, na Escola de Ciências Econômicas da Universidade de Recife, e de Técnicas de Pesquisa Social, na Escola de Serviço Social de Pernambuco, bem como diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Recife). O seu comportamento político foi de cautela moderada, apesar de forte ligação com o regime e com as classes proprietárias de cana de açúcar, conforme dados de documentos da repressão e dos jornais. Mas, como já chamamos atenção anteriormente, com as informações e interpretação de Cajá, não devemos generalizar ou induzir à explicação de que o reitor ou o reitorado era democrático, reflexivo e crítico, o seu comportamento, como a do jornal Diário de Pernambuco, veremos mais adiante, expressou mais a força do movimento democrático (estudantil, popular, sindical e religioso) do que de inspiração democrática.

4 Conferir CPDOC/FGV. Paulo Frederico do Rego Maciel. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-frederico-do-rego-maciel>

outras vozes em outros documentos

Apesar do jornal Diário de Pernambuco, o jornal mais antigo da América Latina, ter apoiado o golpe da ditadura civil-militar, esse jornal acompanhou de perto a prisão do estudante de ciências sociais, Edival Nunes da Silva, Cajá, produzindo várias matérias (e sentidos) sobre o assunto.

Como muito antigo, passou por vários períodos históricos significativos e se posicionou sempre a favor dos dominantes. Conforme Abreu Júnior et al. (s/d), pelo CPDOC/FGV, “na Revolução Praieira, em 1848-1849, o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura informativa durante os cinco meses que durou o movimento e acusou os revoltosos de espalharem “o susto e o terror””. Criticou a fundação da República (“origem suspeita”), mas “a República não alterou a linha situacionista do jornal”. No Estado de Sítio de Floriano Peixoto, ficou em posição moderada. Com a morte de seu diretor, Miguel de Figueroa Faria (1896), “o *Diário de Pernambuco* passou a se caracterizar no final do século pela publicação de atos do governo, notas fúnebres e anúncios” (ABREU JÚNIOR et al., s/d). Com o Estado Novo, sofrendo censuras, diminuiu sua seção de política e, na segunda guerra mundial, colocou-se ao lado das forças aliadas, fugindo de suas características e simpatizando com o vitorioso presidente Eurico Gaspar Dutra, anticomunista fervoroso. A linha editorial favorecia assuntos locais ao invés dos nacionais.

Em sua trajetória política, não sofreu abalos na questão de classe, sempre se adequando às lutas cupulistas da república brasileira – mesmo que, muitas vezes, na oposição.

No segundo dia do golpe da ditadura civil-militar, 2 de abril, o jornal classificou trabalhadores e estudantes como “agitadores”, valorizando a “agitação” em detrimento das “mortes” ocorridas (duas mortes de estudantes secundaristas e universitários). O título ficou assim designado: “Agitadores provocam tiroteio na Dantas Barreto: 2 mortos” (p. 7). Segundo o jornal, “não obstante o lamentável incidente ocorrido, ontem à tarde, na Avenida Dantas Barreto, o clima no Recife, foi de inteira ordem, garantida pelas forças do IV Exército” (p.7). Ao “explicar” a situação, o jornal novamente tomou partido da ditadura civil-militar em andamento, sobretudo ao valorizar a “ordem” (garantida pelo IV Exército) estabelecida do que as mortes (“lastimável incidente”). Além dessas, as suas manchetes indicavam simpatias pela ditadura civil-militar: “polícia desarticula células comunistas e aprende armas de Clodomir Moraes” (04/04); “Forças armadas tem objetivo de descomunizar país” (07/04); “Estudantes manifestam apoio e agradecimento às forças armadas” (14/04), etc.

Quanto à prisão de Cajá, a primeira matéria do jornal sobre o assunto foi com o título “Estudantes da UFPE em greve até que a polícia liberte Edival Nunes”.

Se tomarmos a quantidade de matérias que abre espaço para interlocutores pró-Cajá, foi-lhe positivo. Os sujeitos falantes foram: sua mãe (“Meu filho é bom menino”), a mãe de padre Henrique⁵ (“Mãe de padre Henrique reza com “Cajá””), Dom Helder (“Violência horroriza D. Hélder”;

5 Padre Henrique (Antonio Henrique Pereira Neto) foi executado pelo Comando de Caça aos Comunistas e agentes da Polícia Civil no dia 27 de maio de 1969, sendo visto pela última vez no dia 26. “Seu corpo foi encontrado com sinais de tortura e tiro na cabeça, na grama, entre o meio fio e uma cerca de arame farpado, em uma avenida da Cidade Universitária, em Recife”, relata Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-henrique-pereira-neto-padre-henrique/>

“Ele sofre por amor”) e as Arquidioceses de Recife e Olinda (“Arquidiocese manda rezar por Edival”; “Arquidiocese questiona autoridade da PF em julgar e aplicar penas”, “Clero mantém apoio à pastoral de D. Hélder”), o reitor (“Reitor avista-se com preso”; “Reitor evita comentar acusações”), os estudantes em greve, as entidades estudantis, parlamentares de oposição e até da situação (“Líder emedebista vê manobra na denúncia”, “Líder a oposição nega validade à versão da polícia”, “Arenista deplora ação da polícia”, “Oposição solidária a Edival”, “Líder do MDB crítica atitude de Moura”).

Os favoráveis à Ordem foram a própria polícia (“Polícia Federal diz que não faz tortura”, “Polícia Federal diz que prisão é legal”, “Polícia Federal distribui nota”, “Polícia tenta impedir solidariedade a Cajá”, “Polícia já faz ligação entre Pacheco e Cajá”, “Apresentação á imprensa”), religiosos contrários a Dom Hélder (“Padres discordam da atuação de D. Hélder”), o Diretório Central da FESP (“Fesp nega apoio a Edival”).

Provavelmente, as greves, as passeatas, as assembleias e as notas de apoio impuseram uma visibilidade ao ocorrido. Não é inválido chamar a atenção de que a “abertura” estava em andamento, “segura e gradual”, preconizada pela presidência da República Ernesto Geisel, forçando o uso de novas linguagens e abertura em pé de igualdade a novos atores.

O curioso é que nos documentos de informação da repressão não aparecem referências a um provável sequestrador do cônsul do México e presidente da Bolsa de Valores de Pernambuco Arnaldo Dubeux pelo jovem Sílvio José Pacheco. Ele foi identificado como do PCR, logo, parceiro de Cajá. Essa análise foi apresentada pelo Superintendente em exercício do

DPF Jadir Soares. O jornal identifica como “versão”. Conforme o jornal, “a [PF] exibiu a arma que Pacheco usou para intimidar o cônsul honorário Arnaldo da F. Dubeux, e apenas um livro considerado subversivo: **Poemas de Angola** de Agostinho Neto”. Segundo a Polícia, “foram encontrados ‘panfletos e alguns livros, todos considerados subversivos” (POLÍCIA..., 26/5/78, A-1) – o governador Moura Cavalcanti defendeu a mesma versão da PF, informou o jornal, apontando uma contradição já que a “informação do relações públicas da [PM], capitão Antonio. Alberto, nos primeiros momentos do episódio (...) Silvio José Pacheco não tinha antecedentes políticos” (POLÍCIA..., 26/5/78, A-1). A omissão desse acontecimento nos documentos pode ter sido forjada pela polícia e não teve aceitação geral, não valendo a pena insistir?

Conforme as matérias, houve reação contrária a essa associação entre o sequestro e o estudante Cajá como membro do PCR, tanto por parte dos próprios estudantes quanto pelo reitor, pelos políticos e pela igreja católica.

O DCE da UFPE repudiou, em nota, a associação entre o sequestro do cônsul com o estudante Cajá – envolvendo, também, “a igreja brasileira quando esta se coloca cada vez mais a favor dos oprimidos”. O jornal divulgou a nota, que tinha como título “Estranho sequestro”. O DCE acusou o governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, e suas brigadas privadas de estarem por trás do “sequestro”. Conforme a reprodução da nota, foi “estranho sequestro em que o sr. Moura Cavalcanti diz: ‘Veja a ficha de Silvio, ele é um conhecido terrorista’”, esclarece, enquanto a PF “declarava (...) [que] ele não tem antecedentes” (DCE..., 27/05/78, A-5). A nota ressalta ainda que o governador se referiu ao sequestrador como

o “terrorista” de “meu filho” e que o mesmo decidiu se entregar após 40 minutos de conversa, gerando suspeitas.

Em complemento, a nota destaca que:

a população não é burra como pensa o governador. Repudiamos mais essa farsa! Vamo-nos manter unidos e continuar a nossa luta, isolando cada vez mais o regime militar que há 14 anos mente, oprime e explora a grande maioria da população a grande maioria da população brasileira em benefício de uma minoria. Vamos continuar na luta para beneficiar Cajá. Para trazer de volta todos os exilados e banidos. Pela anistia ampla, geral e irrestrita! (DCE..., 27/05/78, A-5).

O deputado estadual Roberto Freire (MDB) associou o sequestrador a um “débil mental” e refutou o governo e o DPF por associarem o sequestro a um crime político – na lógica discursiva do deputado, atacar o sequestrador era atacar a PF e o governo. A desqualificação do sequestrador e os ataques ao governador foram as tônicas de sua fala. Conforme o jornal, ele se expressou da seguinte forma: “Se, certa vez o jornalista Sebastião Nery acusou o governador Moura Cavalcanti de desempenhar o papel de guardanapo do sistema, vejo agora que o papel que ele desempenha é muito mais degradante que isso”.

Após enumerar vários pontos de ataques ao suposto sequestrador Pacheco, colocando-o como terrorista perigoso, a nota estabeleceu várias atitudes infantis para o deputado, como essa versão, defendida pelo governador e pelo DPF: “pretenderam contribuir para criar um clima

irreal de recrudescimento do terrorismo e, assim, dar argumentos àqueles que se opõem à redemocratização do país - inevitável e próxima porque aspiração de todo um povo”. “Ato de terrorismo,” observa o deputado, não foi praticado pelo “débil mental Silvio Pacheco”, mas pelo governador e pelo DPF (LIDER..., 1978, 27/5/78, A-5).

O deputado não atacou apenas o suposto “sequestrador”, mas o próprio superintendente do DPF, Antonio Hahn, identificando-o no “rol dos funcionários públicos relapsos e mentirosos”. Isto porque, argumenta o deputado, que o laudo da perícia traumatológica identifica “instrumento contundente” (LIDER... 1978, A-3). Enquanto acusou o DPF por excesso de polícia no caso Cajá, criticou o governo do Estado por falta de policiamento no Riacho das Almas, associando o caso ao alto nível de violência.

Sem dúvida, o deputado Roberto Freire corrigiu o Superintendente pelo próprio laudo do Estado que reconhece o uso da violência, apesar de ser superficial, seco e sem maiores explicações. Conforme o formulário do Instituto de Medicina Legal, datado de 17 de maio (cinco dias após sua prisão): “2.2 - Qual o instrumento ou meio que a ocasionou? Instrumento contundente”.

Mas, o deputado Roberto Freire não ficou sozinho nessa caracterização do sequestrador Pacheco como “débil mental”. O juiz do Caso, José Bolívar Regis, questionou a sanidade do acusado. O juiz solicita estudos da sanidade mental do suposto sequestrador já que “o comportamento desse rapaz não pode ser uma o de uma pessoa normal, não acredito que ele tenha vinculações com outras organizações (...) ele fez coisas completamente idiotas”. (REITOR..., FSP, 28/05/78).

fez citação dos artigos e alíneas, justificando juridicamente a legalidade da decisão (JUIZ..., 1978, A-1).

Vinte e três dias após sua prisão (12/06), o Poder Judiciário emite uma prisão preventiva no dia 05/07/78, pelo juiz Antonio da Silva Pereira Rosa, mesmo o estudante tendo uma residência fixa, um emprego (bancário), matriculado numa universidade (a UFPE) e membro de uma arquidiocese. A ameaça pelo imaginário do medo comunista era maior.


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 7ª C. J. M.
Recife - PE.

MANDADO DE PRISÃO

O Doutor **Antonio da Silva Pereira Rosa**
MM. Auditor da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, na forma da Lei, etc.

MANDA ao Oficial de Justiça desta Auditoria, ou a autoridade a quem este for apresentado, que, em cumprimento ao presente Mandado, PREnda E RECOLHA A PRISÃO, no (a) ou (a) . 0

iniciado EDIVAL NUNES DA SILVA, brasileiro, solteiro, natural de Bonito de Santa Fé/PE, nascido em 06-12-50, filho de Felix Nunes da Silva e Ana Moreira da Silva

em virtude de ter sido decretada a prisão preventiva, em despacho de 4-7-78, por este Juízo Militar, com fulcro no art. 60 do Decreto-Lei 898/69 (Lei de Segurança Nacional), c/c os arts. 254 e 255, "a", "e", e "g", do CPPM

CUMpra-se, obedecidas as formalidades legais.
DADO E PASSADO nesta Cidade do Recife (PE), aos (5) cinco dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e oito e eu, *Olzete Leite* Tec. de Serv. Judiciários, o datilografei e eu, *Edvaldo Gomes da Fonseca* Escrivão, e subscrevi.

Antonio da Silva Pereira Rosa
AUDITOR

CIENTE EM 05 107 178 CERTIFICO QUE FOI CUMPRIDO EM 05 107 178

Edvaldo Nunes da Silva *Augusto*
Presa Assessor

Mod. 12/700

Já o juiz José Bolívar admitia estar “perplexo”, desaprendendo o Direito, devido ao encaminhamento feito pelo DPF:

como juiz nos meus 10 anos, nunca recebi dois pedidos no mesmo sentido, de uma autoridade policial (...) o superintendente da Polícia Federal solicitou-me a decretação de prisão preventiva e, ao mesmo tempo me comunicou ter prorrogado a prisão do mesmo réu por mais 30 dias (PRISÃO..., 1978, A-5).

Não foi apenas a oposição, o MDB, que criticou a ação do DPF, mas a da situação o deputado Carlos Wilson (ARENA-PE)⁶. Os ventos da “abertura” são utilizados para se criticar a ação desse órgão. “Deplorável”, afirmou o deputado que disse que “sem provas concretas”, prendeu o estudante de forma “atrabilária”. “Anteontem estávamos eufóricos”, diz o deputado, “...em busca da redemocratização do País (...) vejo uma minoria jogar tudo fora, através da prepotência e do arbítrio (...) estou ao seu lado contra a violência e, principalmente, em defesa dos direitos humanos”. O discurso é reforçado ao recorrer aos novos tempos, criticando a existência da “famigerada” tortura e defendendo a volta do habeas corpus (ARENISTA..., 20/05/1978, p. A-3).

A Cúria Metropolitana, em nota, contestou também essa versão, afirma o jornal: “Quem afinal – indaga o boletim – assume a responsabilidade desta acusação. É bom que se saiba, para que se apurem

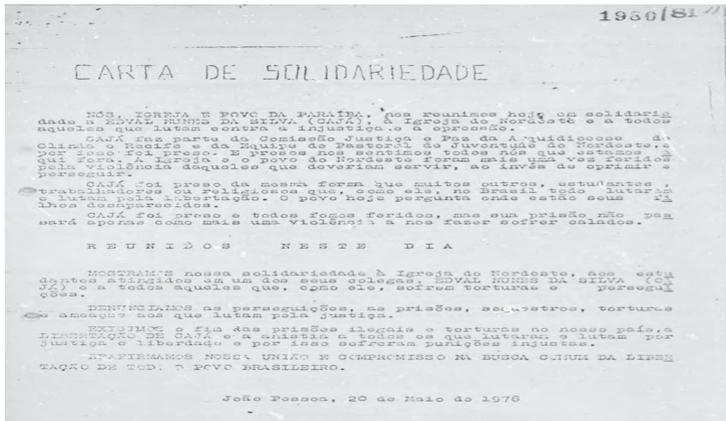
⁶ Carlos Wilson foi deputado federal pela ARENA (1974 a 1978) e em 1982 pelo MDB. Conforme o CPDOC, “Em setembro de 1978, votou a favor da emenda Acióli Filho, que extinguiu a figura do senador indireto. Na Arena, Carlos Wilson integrou o chamado ‘Grupo Renovação’, que tentou apressar a democratização do país.” Declarou-se favorável à legalização do PCB e defendeu a anistia política. Votou favorável à anistia ampla e irrestrita, contrariando seu partido. Em 1981 filiou-se ao PMDB”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-carlos>.

as responsabilidades em juízo” (CONTESTADA..., 1978, 27/5/78, A-5). Questiona incisivamente a autenticidade das provas apresentadas pelo DPF e indaga: “Quem vai dizer que os documentos exibidos pela [PF] são autênticos e justificam alguma pena?”. Continua: 1) “Como se vê, quando a Polícia assume funções que atribuem aos juízes, toda a coletividade tem o direito de clamar e exigir que os procedimentos se retifiquem”; 2) “Quem vai decidir; quem vai dizer que os documentos exibidos pela Polícia Federal são autênticos e justificam algumas penas? A Polícia Federal ou a Justiça?” (ARQUIDIOCESE..., 1978, a-5).

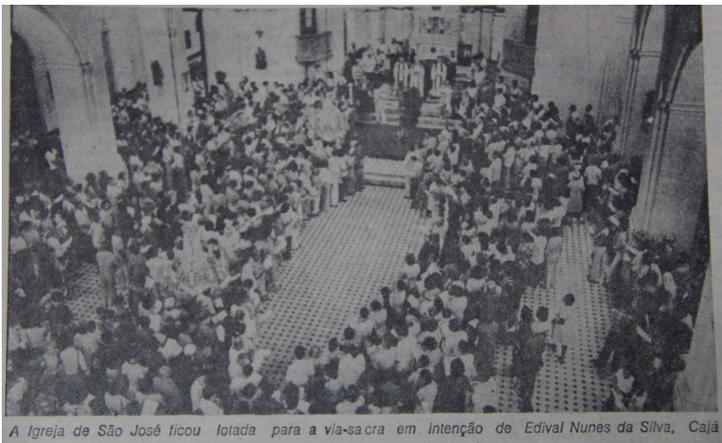
Assim, o poder do DPF é questionado pela forma de prender e de julgar simultaneamente. A credibilidade do DPF, diante de algumas instituições religiosas, é nula, sobretudo quando se trata de seu uso em combate ao terrorismo e aos presos políticos.

Um mês e meio depois da nota da Cúria, realiza-se um evento religioso, a via-sacra, na igreja de São José, Recife, em apoio a Cajá, com mais de 1.500 pessoas presentes, sendo uma iniciativa nacional – um documento do SNI (1978) indica a presença de 1.000 pessoas. Entre os presentes constavam a cantora Elis Regina, os deputados Jarbas Vasconcelos (MDB) e Marcus Cunha (MDB), que disse não ser admissível existir em Recife “uma casa de tortura” – as falas dos dois deputados por citação direta, como a de Dom Heldér Câmara, prova a intenção oposicionista ao governo. (VIA-SACRA, 1978, p A-1). Os órgãos de repressão não deixaram de acompanhar esse evento também. Um documento da ARE/SNI, datado de 14 de julho de 1978, após uma descrição minuciosa dos presentes, de suas falas, com sintonia descritiva, caracteriza valorativamente a instituição religiosa (Arquidiocese de Olinda e Recife) como “constestadora” e “insufladora”

para uma reação da sociedade aos ditames do governo. Além dessa defesa da ordem, o documento “registra” que “a Via-Sacra teve seu encerramento às 21:20 horas, de maneira ordeira, sem nenhuma conotação digna de registro” (BRASIL, 1978, p.4)



Fonte: BRASIL. SNI. Secreto. Informação No. 42/119/ARE, 30/06/78. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo. Ditadura Militar.



Diário de Pernambuco: Via via-sacra por Cajá reúne mais de mil pessoas, 11/07/78, A-1.

Já o reitor da UFPE Paulo Frederico Maciel recusou-se associar Cajá ao sequestrador (por não ter tido acesso aos relatórios dos dois acusados para poder ter elementos de comparação). O jornal interpretou como que ele não “poderia obter elementos para estudar as vinculações apresentadas pelos agentes do DPF. Porém, não tendo acesso aos documentos, preferia não emitir opinião, mesmo porque a posição como reitor não permitia” (REITOR..., 1978, A-5).

Duas questões discordantes perpassam a prisão de Cajá: a sua prisão ilegal (para os estudantes e outros, sequestro) e a sua tortura desde o seu sequestro até o recinto do DOPS. Nos documentos de “informação” do SNI, a prisão foi “legal” e não houve tortura. Chamamos a atenção de que nesses documentos prevaleceu uma linguagem de medo e de combate ao comunismo, não apresentando “provas” materiais concretas do perigo que Cajá e os supostos membros do PCR ofereciam à população.

Quando da prisão de todos, o local onde se encontravam foi chamado de “aparelhos”. Para identificar sua moradia, foi dada a mesma que o processo chamou de residência/moradia. No jornal, utilizou-se a denominação do lugar da prisão de “moradias” e não a de “aparelhos”, ou o relatório não se deu conta do rótulo estabelecido ou intencionalmente recusou-se a denominar de “aparelhos” as suas moradias.

Quanto à prisão, o fato de estar preso havia uma semana era justificado pelo mesmo “tentar reorganizar o PCR”, distribuindo carta/pôster ao reitor Paulo Frederico Maciel com os seguintes dizeres: “Por que Cajá foi preso”. Os documentos são quatro que identificam Cajá em contato com o PCR, sendo uma em letra de forma e outra um bilhete em análise.

Cajá recebeu visitas de Pedro Eurico e Newton Wanderley de Siqueira (OAB), com a presença do superintendente da PF, e ficaram apenas dois minutos com o preso. Eduardo Pandolfi, advogado de Cajá, foi contrário à presença da OAB sem a presença de um médico, já que após 48 horas poderiam desaparecer os “vestígios de tortura”. Pela legislação em vigor, o preso poderia ficar 10 dias incomunicável, podendo aumentar para 30 dias a favor de investigação criminal (PRESO..., 19/05/78, A-3).

A Polícia Federal, em nota, reiterou (“com o fim de mais uma vez esclarecer a opinião pública”) que a prisão foi legal e que seguiu “os limites da lei”. (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1). Esse “mais uma vez” era o reconhecimento da existência de outras vozes desejantes, as quais não aceitavam os argumentos policiais e de criminalização, pois precisavam constantemente se “explicar” para justificar o sequestro praticado.

Recorremos aos argumentos das provas que justificavam sua prisão:

3. Nos locais que se encontravam foragidos [entenda-se, residências ou moradias] foi apreendido farto material subversivo, tais como armas, munições, produtos químicos para preparo de artefatos explosivos, literatura, panfletos e documentação variada, manuscrita, contendo prova material da participação das outras pessoas nas atividades do PCR, inclusive, relato sobre apropriação (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1).

Percebemos, novamente, a linguagem generalizante de “produtos químicos para preparo de artefatos explosivos”, sem mencionar quais tipos de “produtos” eram esses e sua quantidade. Essa ameaça concreta à sociedade sumiu a seguir de toda a nota explicativa.

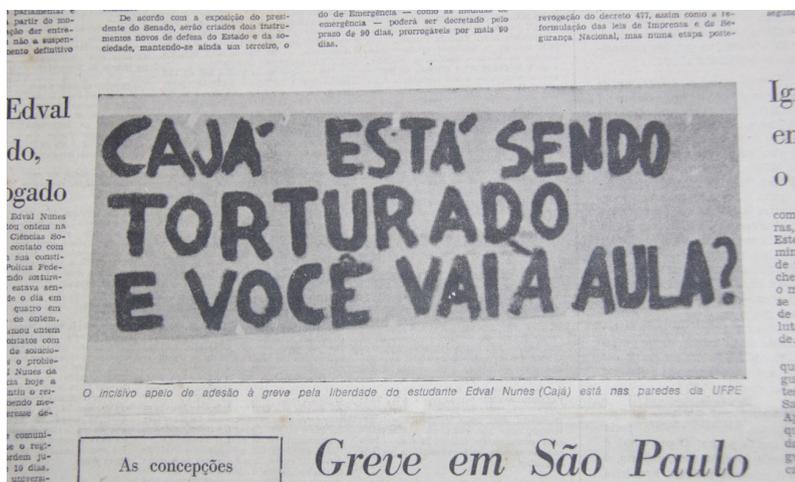
Entre as explicitações do crime dos presos estão apenas o viés ideológico e o político, como já citado genericamente no parágrafo anterior: visavam “aliciamento e doutrinação dos novos adeptos do [PCR]”. A nota é concluída com o seguinte conteúdo:

em face dessas provas materiais altamente comprometedoras, com base no artigo 59 da [LSN] foi decretada a prisão de Edival Nunes da Silva, com o objetivo de mais rapidamente serem esclarecidas as circunstâncias do delito e conclusão do inquérito para remessa à Justiça (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1)

Em 19 de maio, o DPF distribuiu fac-simile, anotações comprova-tórias do envolvimento de Cajá com a subversão e de seu encontro com sua mãe (foto) e enviou para o reitor Paulo Frederico Maciel (POLÍCIA..., 19/05/78, A-3).

Quanto à tortura, o DPF reafirmou que não houve tortura. O superintendente José Antonio Hahn negou a acusação e distribuiu nota com laudo da perícia constatando “dois ferimentos no tornozelo atribuídos ‘à resistência ocorrida no momento da prisão’”. Hahn declarou no jornal: “Pela primeira vez na vida estou me defendendo da acusação de torturador e nunca aconteceu que passasse na cabeça de ninguém que pudesse tortura alguém”. Apesar da incomunicabilidade do estudante preso Cajá, três pessoas foram autorizadas a vê-lo: o reitor, a mãe de padre Henrique (assassinado em 69) e a própria mãe do estudante. Ela declarou ao jornal que “seu filho ‘estava sentido fortes dores de ouvido e tinha machucado os tornozelos e nos braços, os pulsos roxos e feridos” (POLÍCIA...,18/05/78, A-1).

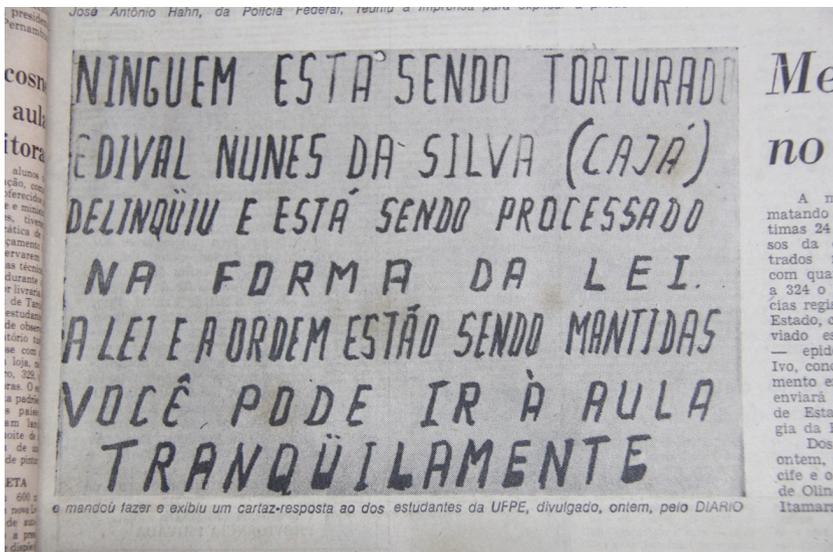
A nota do DPF acusou de “inconcebível e estapafúrdia” a divulgação de que ele estava sendo “torturado de quatro em quatro horas” (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1). Essa resposta foi sobre a temática encontrada no sétimo e no último parágrafo (o décimo) da nota explicativa, ficando toda ela (oito parágrafos) justificando a legalidade e o perigo que representavam os presos. Essa escolha discursiva implicou o DPF a não querer polarizar a denúncia realizada por várias instituições sociais, as quais denunciavam torturas. Ele preferiu o silêncio quase completo sobre o assunto. Jogou para o laudo técnico falar, retirando-se de cena.



Mas a única acusação contra o DPF não se resumiu à gravidade da prisão e da tortura, mas à acusação de não cuidar da saúde do preso. “Descaso” e “intransigência” foram as designações no substantivo masculino e feminino do advogado do réu, Pedro Eurico, para classificar a ação do DPF em não colocar o preso sob os cuidados do oftalmologista, já que seus óculos foram quebrados no momento da prisão – o que já denota uma ação de violência por parte dos policiais.

Se o Superintendente da Polícia Federal, Sr. Antonio Hahn, estava cioso de suas ações legais e legítimas, o Juiz-Auditor da 7ª Circunscrição Militar, Bolivar Regis, disse estar “perplexo” e que “desaprendeu” (“eu cada vez mais entendo de Direito”) sobre o Direito pela forma como estava sendo encaminhado o caso de Cajá. Conforme o jornal, ele afirmou:

Estou perplexo. Como juiz nos meus 10 anos de judicatura, nunca recebi dois pedidos, no mesmo sentido, de uma autoridade policial (...) solicitou-me a decretação de prisão preventiva e, ao mesmo tempo me comunicou ter prorrogado a prisão do mesmo réu por mais 30 dias (...). Não sei como vou sair desta porque nunca vi uma autoridade policial fazer dois pedidos desse tipo. Precisaréi estudar isso com grandes juristas (...) porque nunca existiu um pedido policial para que o juiz exerça sua autoridade em um réu que já está preso (PRISÃO, 14/06/78).



greve e mobilizações diversas. Vários cursos da UFPE entraram em greve, bem como a UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco).

Segundo os documentos do DPF, Cajá foi preso no dia 12 de maio de 1978. A greve eclodiu provavelmente no dia 11 do mesmo mês, divulgado pelo DP no dia 12. A greve foi decretada em assembleia no CFCH e deliberou: “1) entrar em greve; 2) manter a greve até a quebra da incomunicabilidade e libertação de Edival Nunes, 3) manterem-se em assembleia permanentemente a partir de hoje às 13 horas (ESTUDANTES..., 16/05/78, p. A-1).

O objetivo dos estudantes com a decisão da greve foi “obter apoio contra o sequestro”. Enquanto o DPF recorreu ao discurso da lei e ameaçou os estudantes de serem subversivos/comunistas para justificar a prisão, estes reiteradamente recorreram à linguagem policial para classificar a ação da PF: a ação foi de sequestradores. Ou seja, a polícia é quem tem que se explicar, a polícia é quem ameaça a sociedade, a polícia é quem faz violência (tortura).

“Nosso objetivo é”, diz a nota dos estudantes, “através de greve, chamar a atenção de toda sociedade e obter seu apoio contra o sequestro de nosso companheiro, também membro da Comissão de Justiça e Paz e da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Recife e Olinda” (ESTUDANTES..., 16/05/78, p. A-1). Foi também solicitado ao reitor Paulo Frederico Maciel que formasse uma comissão e tentasse visitá-lo. Aos professores, à sua associação, foi solicitado que permanecessem em assembleia permanente para acompanhar a situação. No dia 18 do mesmo mês, dois dias após a solicitação, os professores, através de sua associação,

ameaçaram realizar assembleia extraordinária caso se confirmassem as torturas feitas ao estudante – pelas matérias, a entidade não aderiu à greve (PROFESSORES..., 18/05/78, p. A-1). Ao que parece, as direções pressionaram professores com listas de presenças e provas em andamento (ALUNOS...23/05/78, A-1).

Estudantes de Direito entram em greve também – destacou o jornal. Há um destaque sobre esse curso pelo jornal pela importância dele: primeiro curso de ensino superior no Brasil, representar uma tradição e seu prédio ficar no centro da cidade, deslocado completamente do conjunto dos estudantes que ficavam na Cidade Universitária. Participaram mais de 300 estudantes, conta o jornal. A greve seria de um dia, com uma queima simbólica da Lei de Segurança Nacional, no dia seguinte, em nova assembleia.

Cabe a nós estudantes desta Escola”, afirma texto dos estudantes conforme o jornal, “que sempre foi e sempre será um esteio de pensamentos democráticos, tomaremos uma posição compatível com a tradição desta casa, porque não dizer com as [??] que a ditadura militar instituída, quando [??] torna um jurista um capacho justificador dos desmandos o relega a condição de simples expectador numa era de terror impune (ALUNOS..., 19/05/78, A-3).

Essa greve não foi pacífica e harmoniosa. O diretor da Faculdade mandou rasgar cartazes e faixas do diretório estudantil, pois a ação ia de encontro às leis que regulavam os diretórios acadêmicos. Conforme o jornal, o diretor não quis explicar-se à imprensa acerca desses atos,

apenas afirmou: “O responsável pela faculdade sou eu. O diretor sou eu. O reitor também está contra a greve” (ALUNOS..., 19/05/78, A-3).

A queima da Lei de Segurança Nacional precedeu o canto do Hino Nacional e a leitura de um manifesto. Compareceram uns 30 alunos, conforme o jornal. Rádios patrulhas circulavam pela faculdade. O manifesto bradava por “liberdade” do povo brasileiro contra os “carrascos opressores”, que representavam o “imperialismo norte-americano” e os interesses dos “latifundiários”, usando de “instrumentos ilegítimos e ilegais, sufocar e subjugar a Nação brasileira” (LEI..., 20/05/78, A-7). “O grito do oprimido”, continuou o manifesto, “durante anos, ecoará nos corações e mentes de todos os amantes da liberdade, e as cadeias opressoras, que pairam sobre as cabeças não medíocres, serão quebradas e desaparecerão, para sempre, do nosso solo pátrio” (LEI..., 20/05/78, A-7).

Uma semana após a assembleia que decretou a greve, em 22/05, a greve terminou, mas a luta continuou para libertar o colega, disse o jornal. A iniciativa partiu dos estudantes do Centro de Artes e Comunicação e Tecnologia. Compareceram uns 300 estudantes de todos os cursos. A argumentação para seu término foi a preocupação de seu esvaziamento, já que provas no básico estavam intimidando os estudantes. Os estudantes denunciaram a violência policial e o medo que representava essa força. “Foi denunciado o fato”, afirma o jornal, “das entidades estudantis virem sendo vigiadas ostensivamente por cães, gladiadores, soldados e cavalos, durante as suas manifestações” (ALUNOS...23/05/78, A-1).

A luta pela libertação de Cajá chegou até um ponto em que a polícia procurava impedir as aglomerações em seu apoio. Um ato público à noite

reuniu quase 700 pessoas no Diretório Central dos Estudantes, na rua do Hospício. A polícia reagiu e cercou com dois carros do Choque, duas viaturas da PM e dezenas de cachorros – além de impedir que mais e mais pessoas se somassem ao evento - não somente o Diretório, na rua do Hospício, mas na rua Sete de Setembro, na Riachuelo, e a Conde da Boa Vista. Ou seja, todo um quarteirão estava cercado por forças da repressão. A praça de guerra estava montada (POLÍCIA..., 1978, A-3).

Se somaram aos estudantes Dom Helder Câmara, o Bispo da Paraíba, Dom Marcelo Carvalheiro e o deputado Roberto Freire. Às 22h, o Bispo Dom Helder Câmara se pronunciou no microfone voltado para a rua: “A vida eterna começa agora e aqui, onde a gente constrói a nova vida. Eu não sou pastor de Almas, apenas: ainda estou para encontrar uma alma penando. Sou pastor do meu povo, de pessoas vivas que anseiam por uma pessoa melhor” (POLÍCIA..., 1978, A-3).

A única mensagem em destaque não foi a de Dom Helder Câmara pelo jornal, mas uma poesia de Bertold Brecht, que foi declamada para fazer uma crítica aos “desgraçados”.

Ah! Desgraçados! Um irmão é maltratado e vocês olham para o outro lado? Grita de dor e vocês ficam calados? A violência faz a ronda, recolhe a vítima, e vocês dizem: A mim ela está poupando, vamos fingir que não estamos olhando. Mas que cidade, que espécie de gente é esta? Quando campeia numa cidade a injustiça, é necessário que alguém se levante, é preferível que num grande incêndio toda a cidade desapareça. Antes que a noite desça (POLÍCIA..., 1978, p. A-3).

Os apoios pela libertação de Cajá não ficaram restritos à UFPE (incluindo a Faculdade de Direito), UNICAP, UFRPE e Paraíba, mas chegou ao Rio de Janeiro e São Paulo. O IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), no Rio de Janeiro, em assembleia permanente, distribuiu carta de “repúdio” pela “violenta ação policial”, “prisão e tortura”. Estudantes da FAE, no dia 26/05, realizaram paralisação em apoio à Cajá. Em São Paulo, o Comitê Brasileiro de Anistia se solidarizou com Cajá e os outros presos pelas suas prisões (SUSPENDEM..., 24/05/78, p. 16).

Além da libertação de Cajá, o movimento estudantil defendia liberdade e anistia para todos. Era uma palavra de ordem presente em seus atos.



Cajá recebeu forte apoio internacional e nacional, conforme manifestos abaixo, durante a sua prisão.

18. Juni 1973

In Brasilien:

Proteste gegen Folterung

Recife (KNA) - Eine Welle des Protestes wegen der Gefangennahme und der Folterungen des Soziologiestudenten Edval Nunes da Silva und der Solidarität durch Hungerstreiks hat sich im nordbrasilianischen Staat Pernambuco unter Studenten der Stadt Recife ausgebreitet. Der Gefangene ist Mitglied der päpstlichen Kommission „Justitia et Pax“ und innerhalb dieser für kirchliche Jugendarbeit in der Erzdiözese Olinda und Recife zuständig. Wie die Tageszeitung „Diário de Pernambuco“ am 17. Mai meldete, wurde die versammelte Studentenschaft vom Rechtsanwalt ihres Kommilitonen, Alceu Pandolfi, über grausame physische und psychische Folterungen unterrichtet, die Edval Nunes da Silva jeweils in Intervallen von vier Stunden über sich ergehen lassen mußte.



Verhaftet und gefoltert: Student Edval Nunes da Silva. Foto: KNA

no Brasil

Protesto contra tortura

Recife - Uma onda de protesto causa da prisão e das torturas do estudante de sociologia, Edval Nunes da Silva, e por causa da solidariedade através de greve de fome divulgou-se no Estado do Nordeste, Pernambuco entre estudantes da cidade. O preso é membro da comissão pontifical "Justitia et Pax" e dentro dessa comissão atua na Pastoral da Juventude na arquidiocese Olinda e Recife.

Como o jornal Diário Pernambuco anunciou em 17 de maio, os estudantes foram instruídos pelo advogado do seu pai, Alceu Pandolfi, sobre as cruéis, físicas e psicológicas torturas que Edval Nunes da Silva sofre e que aguentar estas torturas cada vez em intervalos de quatro horas.

J. E. C. SUP. s.s.b.f.
rue du Marteau 19
B-1040 BRUXELLES
T. 02-217.37.21 fax. 000-0076402-21

Cajá

Jeudi 20/4/78.

Madame,

A l'occasion de la venue prochaine
de Don Helder Luena, pourriez-vous
lui demander à quel il y a lieu
de faire connaître Edval Nunes Da Silva.
Pourriez-vous aussi lui demander de ses
nouvelles.

A ce jour j'ai envoyé des communiqués
aux municipalités portugaises belges et
j'antépendis de prévenir des militants
belges de la Jec afin qu'ils envoient.

Je serais très heureuse d'être tenue au
courant ... dès que vous le pourriez.

Je vous prie
Benedette Bichard.

GUATEMALTECO
"LA FAMILIA"
8, Zona 1
C. A.

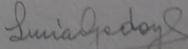
Guatemala, 12 de junio de 1978

Monseñor Helder Cámara
Palacio San José de Manyuino
Av. Rui Barbosa s/n
50,000 Recife, Pernambuco
Brasil

Estimado Monseñor Cámara:

En nombre del movimiento juvenil de JEC de Guatemala, nos permitimos por su medio, hacer llegar nuestra voz de protesta para que Ud. la haga patente y pública por la prisión y tortura del joven estudiante Edval Núñez Da Silva y nuestra exigencia, en nombre de los derechos humanos, de su inmediata libertad, dado que las acusaciones hechas contra él son falsas y no son más que la manifestación de la represión al trabajo de evangelización de la Iglesia en Brasil.

Muchas gracias por hacer pública nuestra solidaridad y le aseguramos nuestras mejores oraciones por la Iglesia del Brasil.


JEC de Guatemala.

Arquivo pessoal Cajá: Sagrada Família. Guatemala, 12/06/78.

IL PRESIDENTE
Milano, 9.6.1978

+ Helder Carneiro
Recife front

Rit
da chiara nella corrispondenza

Cher don Helder,
J'ai vu hier sur les journaux italiens la grave, très grave nouvelle de la torture de votre collaborateur et ami M. Val Nunos da Silva.

Moi et tous mes amis, nous tous, nous exprimons notre solidarité et nous désirons d'être à vos côtés dans votre souffrance. Il se faut bien que ces injustices commises d'aider dans la douleur la plus féroce mais aussi son courage le plus fort d'aider, de forcer le serrure à partir! Et nous sommes toujours bien heureux de cela pour, même si avec moins rigueur, avec égal but, votre lutte contre l'injustice par l'Amour.

Merci de votre amitié. Bon travail
Bénissez nous!
Francine Lora

L'opinion e l'attribuzione di questo articolo sono libere... il rapporto di responsabilità sarà il nostro

Arquivo pessoal Cajá: ManiTese 76. Milano (Itália), 9/06/78.



**CENTRO
UNIVERSITARIO
SAN FELIPE 'I'**

Avda. B y Calle 2a. Catedral
Apdo. 2143, PANAMA 1
Teléfono: 22-8164

Panamá, 2 de junio de 1978.

Mons. HELDER CAMARA
Palacio S. José de Mangüino
Av. Rui Barbosa s/n
50.000 Recife, Pernambuco
BRASIL

Muy Estimado Monseñor:

Los suscritos, miembros del Centro Universitario "San Felipe" en la ciudadde Panamá, hemos tenido conocimiento del peligro en que se encuentra el estudiante universitario Edvel Nunez Da Silva, persona activa en la pastoral de su diócesis.

Como humanos y cristianos que somos, no podemos sino expresar nuestro repudio ante las violaciones de los derechos del hombre y nuestra solidaridad con el compañero estudiante, sus familiares, el Pastor y sus hermanos de la diócesis de Olinda y Recife.

Aunque los poderosos han endurecido sus corazones, creemos que el sufrimiento de los perseguidos, la sangre de nuestros mártires y la lucha esperanzada de los oprimidos manifiestan la acción poderosa de Dios en nuestra historia. Confiados en la fuerza y al amor del liberador, pedimos por la vida del compañero Edval y por la liberación de su Patria.

Unidos y solidarios con los sufrimientos y las esperanzas de nuestros hermanos de Olinda y Recife, se despiden de Usted fraternalmente.

Edmundo Vargas

[Signature] DIRECTOR

Rafael Lendebach

[Signature]

Juan Xicá

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Arquivo pessoal Cajá: Centro Universitário. San Felipe. Panamá, 2/06/78.

Cajá

TRENTO, 27.6.1978

A Mons Helder Camara,

come cristiano e come persona libera voglia-
mo esprimere i nostri sentimenti di solidarietà
nel condannare l'arresto di Edual Nunes Da
Silva e l'umiliante trattamento cui è sottopos-
to in carcere. Pensiamo a questo nostro fratello
con commosso affetto, preghiamo per lui e per
quanti come lui, nel nostro Paese soffrono nel fis-
ico e nel morale per qualsiasi forma di repres-
sione e di tortura. Vorremmo che il nostro augu-
rio di libertà e di pace, si traducesse davvero
presto in realtà per tutti, in tutto il mondo.

Seu des

Gabriella Bortoloni v. Borati
Tirane Borati
Louise Borati

g. Borati - 38100 TRENTO - Via Vauvelli, 9
ITALIA

Arquivo pessoal Cajá: Trento (Itália). 26/06/78.

ASOCIACION DE UNIVERSITARIOS
CATOLICOS - CHILE

Pastoral de la
Juventud Estudiantil
Recife, Brasil .

Hermanos :

Por intermedio del Secretario Latinoamericano del MIEC-JECI, nos hemos impuesto de la prisión y torturas a que está siendo sometido nuestro hermano Edval Núñez da Silva por cumplir el mandato de anunciar la Buena Nueva a todos los hombres con toda la radicalidad y compromiso con que el mismo Señor lo hizo. La Iglesia Latinoamericana en esta hora de hondo sufrimiento tiene que ayudarse mutuamente en las tribulaciones que el momento le ofrece si quiere de verdad estar presente en los acontecimientos ofreciendo la fuerza liberadora del Evangelio.

Desde Chile solidarizamos con ustedes en su exigencia de libertad para Edval y de todos aquellos que están sometidos a torturas y privados de libertad.

Con la esperanza en el

Señor Resucitado :



Guillermo Stevens M.
* Presidente de la Asociación de
Universitarios Católicos de Chile

Concepción (Chile), 8 de Junio, 1978.-

Os apoios nacionais vieram de vários estados.

Expediente: R. Maria
R. Paulo de Araújo, 10
1200 - Macaé - Laguna

Macaé, 11. Junho, 1978.

Caro, Sr. Walder : o e a !

É a expressão de um ato de su-
cesso de facção, sendo ao senhor e a sua arquiocese, as vobras
sucessoras.

Tenho sabido do sofrimento que
continua a pesar sobre o senhor e seu querido povo, pela prisão
contínua de Jesus Israel. Sei das satisfacções que se tem realisa-
do diante de Deus e dos homens, pela causa deste Israel.

Associe-se a esta preocupação a
solidariedade, na esperança de que quanto antes, apareça a justiça
de Deus e que todo Israel sirva para a redenção do Corpo do Senhor,
que com os seus filhos, e que carregam e que vivem ao longo da histó-
ria !

Soube também da audiência que
o senhor teve com o Sr. Padre Paulo VI. Isto é certo que os frutos
desta audição serão benéficos para o seu povo e para toda a
Igreja.

Sou o senhor sempre em Ita.
+ *Walder P. ...*

Arquivo pessoal Cajá: Arquidiocese da Macaé. 11/06/78.



COMPANHIA DE JESUS
PADRES JESUITAS

Dom Helder CÂMARA
Arcebispo de Olinda e Recife
RECIFE (Pe)

VICE-PROVINCIA DA BAHIA
Av. Leovigildo Filgueiras, 603
42.000 - SALVADOR - BAHIA - BRASIL

tel. 071/ 245-8034
245-8047
245-8934

Salvador, 15/ 07/ 1978

Caro Dom Helder,

um grupo de 20 padres jesuitas da VProvincia da Bahia, reunido na Casa de Retiros de Mar Grande com o Pe Provincial para um Curso de Cristologia orientado pelo Pe Libânio, não pode deixar de manifestar sua solidariedade ao Senhor, à Arquidiocese de Olinda e Recife e a todos os movimentos e grupos que estão lutando / nestes dias para a libertação do estudante Edval Nunes da Silva (Cajá) e para denunciar a opinião pública do País e do Mundo os atos de violência e opressão perpetrados contra a Igreja que assumiu a defesa dos fracos e dos oprimidos.

Manifestamos a nossa solidariedade numa oração comunitária onde pedimos ao Cristo Libertador coragem para os irmãos que, na fidelidade ao Evangelho, denunciam os abusos e as arbitrariedades do Poder, justiça para os irmãos injustamente presos e barbaramente torturados, esperança para todos nós que estamos engajados na luta para construir no nosso Brasil uma sociedade mais justa e mais humana.

Fraternamente em Cristo.

P. Damião Sciacchetti U.P.M.

Pe. Imperial

Pe. Dulceval de Aguiar

Pe. Louis Ribot s.j.

Pe. Jim. Zetell s.j.

P. J.S. Baum

pe. Dom José

Pe. Hipólito Cavallotti s.j.

José Costa Araújo s.j.

Jeremias Costa Martins

Pe. Benjamim Bastos

Pe. Clodoveo Piazza s.j.

Paulo Luiz de Almeida

Paulo Almeida s.j.

Damião Dória s.j.

José Raimundo

Seip. J.

PRELAZIA DO ACRE E PURUS

Caixa Postal 413

68900-RIO BRANCO - AC

Rio Branco, 7 de junho de

Do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
À COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE

Através da imprensa, tomamos conhecimento de pr
de Edval Nunes da Silva (Cajá), estudante pernambucano, membro
Comissão de Justiça e Paz e do Pastoral de Juventude da Arquid
se de Olinda e Recife, ocorrida no último dia 12 de maio.

Nós, através do Centro de Defesa dos Direitos
nos, ligado à Prelazia do Acre e Purus, queremos, por este cas

- Manifestar nosso repúdio e indignação face à
solidade da prisão, às torturas, aos tratos e humilhações so
das por Edval;

- Expressar nossa total e irrestrita solidaried
Edval e também aos trabalhos desenvolvidos por essa Comissão
Justiça e Paz na defesa de todos aqueles que são desrespeitad
seus direitos mais elementares.

Cremos, firmemente, que vale a pena prossequir
comprometidos com a luta dos oprimidos por uma sociedade mais
ta, igualitária e fraterna.

nessas saudações

Teófilo M. Nogueira
Aquilino de Castro Melo
Célia Valdeice de Melo
Júlio Martins
Wilson Nogueira
Raimunda Bezerra da Silva
Cezário de Tólimo Nogueira Oliveira

Arquivo pessoal Cajá: Prelazia do Acre. 7/06/78.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA
SECRETARIADO DE PASTORAL
COORDENAÇÃO GERAL
Av. Jairo Reis, 369 - Cx. Postal 1371 - Fone: 23-8466
84030 - Curitiba - Paraná

Curitiba, 14 de julho de 1978

A
COORDENAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE
ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE
RUA CIRIQUITI - 48
RECIFE/PE

Estamos enviando o que aconteceu em Curitiba, no manifesto público pela libertação de Cajá - Edval Nunes de Silva, no dia 10 de julho " O DIA NACIONAL PELA LIBERTAÇÃO DE CAJÁ".

1. O 1º documento contém, documento elaborado pela Pastoral da Juventude de São Paulo, acrescido dos fatos ligados a Curitiba que foi distribuído a todos os presentes na celebração e aos grupos de jovens para reflexão, a celebração litúrgica utilizada no dia 10 de julho, na qual estiveram presentes aproximadamente 500 pessoas, um relatório dos fatos denunciando genericamente as violações dos Direitos Humanos, e caso do sequestro de Juracilda Veiga, de Curitiba e a prisão de Edval Nunes de Silva (anexo nº 1).

2. O 2º documento é apenas um folheto que foi distribuído por "pessoas estranhas ao ambiente". No momento em que foi percebido o fato, houve logo uma comunicação a todos que tal folheto não tinha qualquer ligação com a Comissão Justiça e Paz do Paraná (Anexo nº 2).

3. Segue também um abaixo-assinado, realizado logo após a Celebração de apoio a Comissão Justiça e Paz do Paraná e solidariedade pela libertação de Cajá. O abaixo-assinado contém assinaturas de representantes de pouco mais de 70 grupos de jovens, comunidades paroquiais, religiosas ou entidades. (Anexo nº 3).

4. Segue igualmente recortes de jornais locais que divulgaram o acontecimento. (Anexo nº 4).

Gostariamos, se possível, ser informados do andamento dos acontecimentos, uma vez que nem sempre, os jornais (e principalmente os jornais daqui) retratam fielmente a realidade.

Na plena unidade e solidariedade, na luta e no sofrimento, pela causa do Evangelho de Jesus Cristo, em busca da ressurreição libertadora,

Em Cristo

Pe. Amadeu A. Bonato
Pe. AMADEU A. BONATO
Secretário Geral

Secretaria Pastoral da Juventude
- Instituto de Curitiba -
- Rua São - Tel. 23.000
Curitiba - Paraná

Arquivo pessoal Cajá: Arquidiocese de Curitiba. Paraná, 14/07/78.

Esses apoios também tiveram impacto no jornal, na linguagem da charge, quando se demonstra, por exemplo, a força do nome “cajá” através de uma fruta amarelada do nordeste de sabor meio amargo, com propriedades ricas em vitaminas e fibras.



Bóia-fria e acumulação

Com o bóia-fria surgem na agricultura brasileira relações de produção tipicamente capitalistas. O bóia-fria não está vinculado à terra, como o servo da gleba; nem está vinculado ao senhor, como o escravo. Ao contrário do possessor, do foreiro, etc., o bóia-fria é totalmente desprovido dos

lações de produção em um setor da produção o agropecuário) que tem, como qualquer outro, as suas peculiaridades (Por exemplo: na agropecuária é maior a influência das variações climáticas do que na indústria; uma geada em determinada estrutura social, desemprega bóias-frias. Outro

As charges apontam ainda para ironias críticas à repressão aponta Cajá como vítima e o Estado como seu opressor e o questionamento sobre a ameaça soviética.



Ainda é importante registrar duas personalidades importantes no mundo artístico brasileiro que se solidarizaram contra a prisão de Cajá: Henfil (Cartas às mães, 1986, p. 92-3) e Elis Regina, que, num texto manuscrito, no momento de um show no Recife, endereçou o seu apoio à Cajá.

São Paulo, 26 de julho de 1978

Mãe,

A senhora já viu índio andando na floresta? É tão gentil, tão carinhoso, tão lindo o seu andar. Ele pisa cuidadoso pra não quebrar um ramo, ferir uma folha.

Ele sabe: se magoar uma só folha, ela vai gritar sua surda dor, vai chorar lágrimas verdes e exalar o perfume do seu gemido, que o vento, solidário, se encarregará de espalhar por toda a floresta, que, indignada, clamará por vingança!

Ele sabe: se magoar uma só folha, a caça que o alimenta vai se ocultar e ficará alerta o inimigo onça, o inimigo homem. A natureza traída o renegará, retirará dele a confiança de andar e vai condená-lo à insegurança de ver em cada folha uma igual, uma amiga, retrato, imagem, ímã da folha que ele fez chorar. Ah... eterna insegurança do que magoa.

Agora, veja o caso do Cajá, aquele estudante que está preso em Recife acusado de crime político. Deram-lhe socos, bolos nas mãos e tentaram grampá-lo os órgãos com um gramepeador. Cajá levou tapas nos ouvidos, caiu no chão e foi levantado pelos cabelos. Em seguida mandaram que ele assobiasse...

Acordai, floresta brasileira!

Parem suas refeições, suas discotecas, suas praias, seus empregos promissores, apaguem seus cigarros, interrompam

92

a novela. Escutai o gemido que o vento nos traz. Atenção. Uma folha foi ferida. Uma folha igual, amiga, imagem, retrato, ímã chamada Cajá.

Passé adiante.

Passé adiante.

Passé adiante.

Hungel

Hotel do Sol
Boa Viagem

Cajá

Está por aqui por sua ternura
e maravilhosa sabedoria mais forte que eu. Ho
desulpa a ausência. Embora ela seja somente
física. É determinada por uma cordia estúpida,
bem eu: "foi que obrigada se não intervir, me
impedir gestos acionais e mais complexos lido tudo
sua faz sentir extremamente inferior perto de
pessoa como você.

Mãe, já no livro, a ausência é só
física. Cada momento de sua vida se acompa-
nha. Não existe de admiração, respeito e ser-
mais que

Que seus e sua força nunca estejam
ausentes. Que Ele sempre lhe proteja. Que Ele sempre
vê-lo por seus pensamentos. Está rezando por você. É
certo no futuro. E na Justiça.

Ainda iremos nos encontrar. Estão certo.
Lendo minha frequência
Muita presença. Muita força. Muita paci-
ência, sua mãe.

Boa Viagem 008 Recife TEL: 3333 3000 FAX: 3333 3000
FAS 20/08/78

Para encerrar a análise, vamos apreciar uma das matérias que mudou a natureza das narrativas. O tom direto político sumiu de uma matéria específica, na visita de duas mulheres ao estudante Cajá: sua mãe e a mãe de Padre Henrique. A dimensão afetiva, a preocupação, o cuidado com a saúde e a alimentação prevaleceram como a religiosa.

Aqui, Cajá, deixou de ser um estudante, um militante estudantil e partidário (comunista) para assumir a posição de um filho (e uma criança boa), jovem e humano.

A visita da mãe do Padre Henrique, Dona Isaíras Pereira da Silva, ao estudante preso Cajá, transformou-se num arsenal de guerra com carros, viaturas e cachorros cercando a Faculdade de Direito, já que os estudantes a seguiram até onde ele estava preso. A imagem de família, senhoras de casa, não sensibilizou as forças policiais. Ficou claro que, de um lado, um grupo de homens armados estava preparado para se utilizar da violência. Por outro, uma senhora que criticava a presença dessas forças que atemorizavam os jovens. Não se aceitaria passeata, disse o Major Moura. Os estudantes rebateram que não se pretendia passeata, apenas se dirigir para lá, já que a incomunicabilidade havia sido encerrada no dia anterior. A mãe de Padre Henrique argumentou ao Major, conforme o jornal, que a “repressão estava muito grande. Vocês aqui fora estão atemorizando os estudantes. Eles estão sem tranquilidade até para assistir aula” (POLICIA..., 23/05/78, A-1).

A mãe de padre Henrique, Dona Isaíras Pereira da Silva, demonstrou a sua fé ao indagar o superintendente do DPF, Antonio Hahn, se ele era cristão e, na assertiva positiva, ela o ofereceu água benta e o terço, que

segundo ela, eram milagrosos – o superintendente não recusou nenhuma das ofertas, conforme o jornal.

Do grupo de visitantes, de um total de 25 pessoas, apenas 12 puderam entrar e falar com Cajá – apenas 5 minutos, inclusive sua mãe. Das nove entidades da comissão presentes, apenas o DCE/UFPE teve a permissão de entrar. Os representantes dos grupos impedidos foram os dos diretórios centrais da UFRPE e Católica, Movimento Feminino pela Anistia, Instituto dos Arquitetos, Associação dos Sociólogos de Pernambuco, Institutos de Estudos Políticos e Sociais do MDB, Setor Jovem do MDB e Ação Católica Operária (APENAS..., 1978, A-6).

Aracaju, 23 de maio de 1978 — Ano 153 — Nº 137

Jornal mais antigo em circulação na América Latina

Fundador dos Diários A

Telefones ANDA

Contra o assassinato de Alencar

ALCANTARA — (Do enviado especial Pedroza) — O pistoleiro Gerson Ferreira — o autor da morte do ex-Deputado Alencar —, foi preso no dia 12 às 21h15m, na farmácia São José, na praça de São. Ele foi reconhecido detido, colocado em fita, e de Jussara, onde se dirigiu a regime de prisão-albergue, encaminhado foi feito por Lana de Alencar, um dos assessores de Zito no dia da prisão do pistoleiro reatado de agentes da Polícia é resultado de sigilosas, nas quais a peça vital para o assassinato foi a joia utilizada na fuga profissional.

OCIDENTO

As colímbias pela família Alencar possibilitou a localização de um pistoleiro que transferiu para Ecu e o conselheiro de Jussara, após a morte de Fernando Lana Alencar, o pistoleiro, foi a cargo de sua revólver, e saiu levemente ferido, durante a troca de tiros. Alencar empunhada na mão, e o pistoleiro, Ferreira o Crato e o Jussara, e o pistoleiro para quem saiu se informou sobre o "falso branco" e da

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL



A cavalaria impediu que se formasse na Faculdade de Direito passava em solidariedade a Edival Nunes

Polícia impede visita a Faculdade de Direito

O policiamento que ocorreu ontem pela manhã a Faculdade de Direito do Recife a presença de um grupo de estudantes de Direito do Instituto de Estudos de Direito do Recife, que de Setembro e Francisco Alves impediu os alunos de saírem em grupo do prédio da Faculdade de Direito do Recife a Polícia Federal, onde estavam o estudante Edival Nunes da Silva (Cajá).

Desde então — quando tomou conhecimento de uma possível passeata organizada pelos estudantes de Direito — a Polícia Militar, com destacamentos de Polícia, cavalaria, oscaros e Rádio Patrulha, posicionou-se diante de todos os portões de acesso à Faculdade nos jardins e no parque 13 de Maio para evitar o movimento.

No entanto, dentro do prédio, os estudantes organizaram uma passeata pretendendo fazer "barricadas" passava e não formar um grupo para visitar Cajá na Polícia Federal, pois a responsabilidade foi que o grupo de estudantes não visitasse a Faculdade.

Dona Beatriz Pereira, mãe do padre Henrique Pereira Neto — assassinado em 1969 no Recife — que pretendia participar do grupo de estudantes na visita a

Magalhães faz Frente

A língua dos maias

O jornal, deixando de lado a dimensão religiosa, voltou à política quando afirmou a fala do superintendente de que Cajá não estava sendo torturado, mas sofria um “intenso interrogatório”, a “violência era legal”,

“o dever de executar a lei” (MÃE..., 18/05/78, p. A-1). O tema religioso também entrou em cena com a entrada de D. Helder Câmara, que distribuiu um texto para ser lido e refletido na missa do domingo. “Nos unamos em torno destas intenções em louvor à Santíssima Trindade, pela Justiça e pela Paz, na hora em que um dos nossos colaboradores diretos e diletos, Edival Nunes (Cajá) vive a 8ª. Bem-aventurança, sofrendo por amor à Justiça” (HELDER..., 20/05/78, p. A-3).

A Arquidiocese da Paraíba distribuiu mensagem conclamando a população para “Procissão e missa”, que seriam realizadas no “Pátio da Igreja de São Francisco às 7 horas da noite do dia 20, sábado próximo”. Cajá foi identificado como “estudante” da UFPE e parte da “Comissão e Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e é membro da Equipe de Pastoral de Juventude do Nordeste”. E mais: a solidariedade deveria ser feita às igrejas do Nordeste, atingidas por essa violência. A Arquidiocese se colocou contra o Estado ao reconhecer e se postar a favor de Cajá, que foi “violentamente preso e está sofrendo torturas” (ARQUIDIOCESE... DCE/PB, 19/05/78).

Em 20 de maio, a Carta de Solidariedade assinada pela Igreja e pelo Povo da Paraíba, denunciou tortura, sequestro e prisão de Cajá, e defendeu todos que lutam por justiça.

O Boletim da Arquidiocese chamou a atenção para o fato de que uma das provas contra Cajá comprometeu a própria acusação, já que ela se baseava num curso de Madureza que o estudante preso cursou e que não era verídico. O currículo dele desmente isso. “Esse curso de Madureza”, diz o documento, “constitui exatamente a prova de que Cajá seria o autor dos

documentos das fотомontagens da Polícia, por constar ali confissão como autor do documento” (CLERO..., 11/06/78, a-5). Ora, Cajá nunca cursou tal curso, advoga a Arquidiocese.

Em 21 de maio de 1978, num Ato Público no DCE/UFPE, rua do Hospício, com mais de 700 pessoas e forte aparato de repressão, inclusive com cães, além de religiosos de Recife Olinda e Paraíba, Marcos Freire, deputado federal, e o DCE da Bahia estavam presentes.

Já na matéria sobre a mãe de Cajá, prevaleceu o afetivo e seu vínculo familiar, começando pelo título: “Mãe de ‘Cajá’: ‘Meu filho é bom menino’”. A mãe recorreu a imagens positivas instituídas na sociedade: bom filho, bom aluno (“sempre gostou muito da escola”), bom cristão (queria ser “padre”), humano (“sempre ajudou todo mundo”). Sentiu a falta do filho, no dia das mães, quando o esperava “para passar do Dia das Mães comigo. Eu já estava pensando no almoço que ia fazer no domingo”.

A matéria ressalta que ela levou “frutas e roupas limpas”, ficando com ele apenas 15 minutos, e contou sobre o seu estado físico: “quando falei com ele fiquei sabendo que ele não estava se alimentando direito. Só estava comendo papa, e carne só tinha provado uma vez. Também não sei se estava tomando banho. Os policiais disseram que está, mas quando eu o vi, parecia que o cabelo nunca mais tinha visto nem água nem pente”. Com o subtítulo “Muito fraco”, indicou a situação de saúde de Cajá narrado pela sua mãe:

Meu filho está muito fraco. Tem manchas nas mãos e nos braços e dizia estar sentindo muitas dores nas pernas, nos ouvidos e nos braços. Me contou que não estava dormindo direito e eu pedia pra ele se calar.

Eu tive medo que os policiais que ouviam a conversa, se zangassem e maltratassem ele de novo (MÃE..., 20/05/78, A-7).

Conclusão ou para início da problematização

As imagens constituídas/instituídas sobre a prisão de Cajá são contemporâneas da “abertura política”, lenta, gradual e segura, comandada pelo presidente da República, Ernesto Geisel. Durante seu governo, crimes contra o direito do indivíduo foram cometidos, prisões e assassinatos, além de ataques às liberdades de expressão, como a que acompanhamos na prisão de Cajá.

O Estado autoritário não é uma invenção da ditadura civil-militar. O anticomunismo (a fabricação do medo e do inimigo) não foi criado nesse período também. Antecede em alguns estados na década de 20, em outros, em 1935. Foi cultuado em 1938 com o levante dos militares, quando a hegemonia paranoica definiu o movimento como “Intentona Comunista”.

Ademais, o discurso de melhoria e aperfeiçoamento burocrático-técnico-científico nos órgãos de repressão tem história com apoio de outros países, tais como EUA, Portugal, Uruguai etc.

Nós nos filiamos à interpretação de que a natureza dessa presidência era autoritária, representante desse projeto nacional e internacional, e que sua aparência de democracia era parte de uma estratégia política para não

perder os dedos, apenas os anéis. Por um lado, a crise do modelo econômico-político, por outro, a ascensão de sujeitos falantes/desejantes (incluindo os estudantes), além da luta interna nos quadros militares que buscava a melhor saída para seus objetivos, resultaram nas escolhas implementadas.

Fortes greves de trabalhadores no Brasil, reconstrução da UNE, construção de DCEs e DAs Livres, campanha pela anistia irrestrita e ampla eram assumidas, também, pelos estudantes universitários, inclusive pelos estudantes que lutavam pela libertação de Cajá. As fortes greves de trabalhadores no Brasil, segundo o Exército, resultaram na paralisação de dois milhões de trabalhadores das suas atividades. Ou seja, a instauração de autonomia com vitalidade – o que significou lucidez – nos movimentos sociais impuseram o aumento do medo ao regime – palavras de ordem em textos e cartazes ecoaram com vigor.

Esse fortalecimento e crescimento dos movimentos sociais impôs aos segmentos da ditadura uma moderação, assim como o deputado arenista Carlos Wilson e o próprio reitor da UFPE, Paulo Frederico do Rego Maciel, assumiram posturas moderadas, indo em sentido contrário aos interesses da ditadura em situações específicas; e porque não identificar, também, o próprio jornal Diário de Pernambuco, defensor ardoroso do golpe, que favoreceu o direito de defesa do estudante Cajá em várias matérias, diante de acusações perigosas e comuns, protagonizadas pelos representantes da repressão, em particular pelo DPF, que fez de tudo para criminalizá-lo como terrorista.

O Exército, base de sustentação e elaboração da política do governo, continuava com discursos inflamados anticomunistas, tendo o medo e a

paranoia internacional e nacional comandando suas análises. No estado de Pernambuco, um governo que poderia ser classificado como “linha dura”, de proximidade com Garrastazu Médici, estava na linha de frente das repressões no movimento estudantil.

Nesse contexto, outras instituições foram permeadas por essa conjuntura/estrutura e se manifestaram nos documentos da repressão (que se propõe burocrática e técnico-científica), nos jornais (que alterou de um apoio incondicional ao golpe à simpatia pela libertação de Cajá).

Essa questão é importante ressaltar já que esses órgãos de segurança na atualidade recorrem a esse imaginário técnico-científico para se legitimarem na sociedade de forma positiva – a prova dos manuscritos legitimava a suposta “neutralidade” e valorizava a eficiência do DPF, abstraindo a significação ditatorial de suas ações, como o discurso jurídico que se baseava nas LSN, em citações de artigos e alíneas como provas cabais.

Por trás dessa neutralidade, esconde-se uma prática institucional feroz, violenta, que não se encerrou com a ditadura civil-militar. Nos estudos desses documentos que estão disponíveis, encontramos eventos de caráter científico, após a ditadura, sendo monitorados, identificando pessoas. A SBPC e seus eventos nacionais (por exemplo, 1974 e 1980) eram acompanhados de perto pelo SNI, Exército, Ministério da Aeronáutica e outros órgãos da repressão. O VIII Congresso de Educação Pré-escolar, realizado na UNICAP no período de 10 a 15 de julho de 1988, organizado pela UNESCO, com apoio da OEA, UNICEF, LBA, etc., também foi monitorado pelos órgãos de repressão. Até eventos com participação dos governos, das várias esferas, eram também monitorados.

Nos documentos da repressão predominam um imaginário bipolar de bem *versus* mal, onde o primeiro é representado pelo Estado militarizado, e os outros são todos aqueles que se desvirtuam, por menor que seja a Revolução. Esse princípio “negacionista” (paranoico), que adverte Eugène Enriquez, coloca todos os cidadãos em estado de ameaça por parte do Estado.

O discurso objetivista e descritivo dos documentos de informação do SNI perpassam um imaginário anticomunista obsessivo, que os colocava em uma missão a erradicar da terra. Cajá e os outros acusados de serem do PCR foram levados por esse tsunami com forte cunho ideológico, a serviço de uma ordem capitalista. As Forças Armadas, como seus representantes legítimos, eram conduzidas pelos tentáculos das organizações de informações.

Figueiredo Filho (2009) adverte sobre o relacionamento entre obsessão e defesa da pátria, como “busca infinda pelo amor do pai, que se dá, portanto, pela adoção do líder ou de uma causa como ideal de eu. Nela, o pai deseja, estimula até a agressão aos inimigos da Pátria. Ou seja, a violência é feita em nome do pai, da lei, portanto”. Essa obsessão devota pela “pátria”, pela “lei”, pela “ordem” significa, semioticamente, subserviência ao “fálico ‘pater’”, substantivo masculino, ‘senhor absoluto da vida e da morte’, originando-se, assim, “o significante ‘pátria’”. O autor conclui:

Estamos diante do Nome do Pai, ou do significante mestre S1, aquele que metaforiza a castração em Lei. Nele repousa o “traço unário” de que nos fala Lacan: quero ser ele! Quero ser como ele! Seu amor é o objeto do meu desejo. E, se para sê-lo, é preciso que eu torture e mate (...) (FIGUEIREDO FILHO, 2009, p. 66).

Já chamamos atenção aqui, também, para os papéis do “paranoico” e do “apático” nas organizações burocráticas, os quais não devem ser menosprezados para a construção identitária do grupo e da sua coesão.

Pela análise dos documentos de informação da repressão (como nos jornais), ficou claro que não havia uma preocupação pela sociedade pernambucana, recifense ou brasileira, nem dos órgãos de repressão (SNI, DPF e MPJM), já que foi dada pouca ênfase ao quesito “artefatos explosivos”, o que sugere que a prisão de Cajá e dos outros foi exclusivamente ideológica, fortemente embasada na pressuposição de uma ameaça externa (comunista infiltrados), que têm nos rótulos e nos símbolos seu canal de difusão. As frequências categoriais nos documentos analisados “PCR”, “LSN”, “subversivos”, “aparelhos”, predominaram absolutamente nos discursos, contrastando quando citado, preocupados com a pátria e a cristandade do povo brasileiro.

Transformar “moradias” e “residências” em “aparelhos” foi um outro dispositivo linguístico fundado no imaginário do anticomunismo, utilizado para além das provas materiais concretas. Ou seja, foi um recurso fundado na pressuposição construída/instituída fora do texto (a ameaça do comunismo). O Diário de Pernambuco não tratou suas residências como “aparelhos”, entrando em choque com a forma rotuladora e estereotipada recorrida pelo o DPF.

A reação contrária à prisão por parte dos estudantes, em primeiro lugar, com impacto nos meios religiosos, políticos e internacionais, repercutiu no interior desses órgãos – analiticamente observados nos documentos e nos jornais. Com efeito, a acusação sistemática de sequestro

e tortura, de certa forma, nocauteou ou estonteou os órgãos de repressão, em particular o DPF, em violência contra Cajá.

A inclusão circunstancial do sequestrador como mais uma prova da ameaça que o estudante Cajá prometia, aumentou a indignação. Por esse motivo, novas críticas foram desferidas contra o DPF por parte das instituições sociais, religiosas e civis. Como já chamamos a atenção, esse ocorrido não estava presente nos registros dos documentos analisados, o que pode sugerir sua inexistência.

A indiferença do reitorado de Paulo Frederico do Rego Maciel aos argumentos do DPF, não se somando a eles, também contribuiu para fragilizar a ofensiva do Estado autoritário. O prestígio do reitor na comunidade política das forças conservadoras e na sociedade pernambucana (educacional) não era de se menosprezar, como demonstramos em seu perfil e trajetória político-econômica.

Os ares de “abertura”, certamente, contagiaram o reitor, que manteve uma posição moderada na prisão de Cajá e na passeata dos estudantes de Direito, o que desagradou os órgãos de informação do SNI e do Exército. Não podemos esquecer que esse reitor é criticado por professores do Colégio de Aplicação por ter implementado uma política educacional no espírito da ditadura⁷.

Contudo, há de se levar em conta a interpretação de Cajá acerca de seu comportamento na assembleia, pressionado pelos estudantes. Sua

⁷ No livro comemorativo dos 40 anos do Colégio de Aplicação, professor de Filosofia critica o reitorado de Paulo Frederico do Rego Maciel como conservador.

presença e aceitação de visita ao mesmo na prisão tinha o objetivo de acabar com a greve. Além disso, sua presença aligeirada na visita à Cajá pode ser um indicador de seu conservadorismo no processo.

Quanto à Cajá e aos outros jovens presos, em sua situação prisional, dos oito acusados, quatro foram absolvidos por unanimidade, apesar da alta convicção do DPF sobre a periculosidade de Cajá e dos outros jovens, conseguindo “fartas” provas materiais. O estudante Cajá, por seus bons antecedentes, recebeu pena mínima, ou seja, reclusão de um ano de detenção (PROCESSO nº 132/78, p. 15).

BIBLIOGRAFIA

ABREU JR et al. CPDOC/FGV. Verbete-temático: **Diário de Pernambuco**. s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetetematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 20 Ago 2019.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea, Enap, 2018. 413 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8487/1/Burocracia%20e%20políticas%20públicas%20no%20Brasil_interseções%20analíticas.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

ARQUIDIOCESE da Paraíba. **Diretório Central dos Estudantes**. Convite. Procissão e Missa. João Pessoa, 18 de maio de 1978.

BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOITEMPIJR., Bruno. O ‘Grupo de Laerte’ e a escrita da história da educação (1962-1972). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, v. 19, jul. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942019000100501. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRANDÃO, Priscila Carlos e LEITE, Isabel Cristin. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28623/24264>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 153-178, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38816/20334>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Confidencial. Informação. Assunto: Atividades de Edival Nunes da Silva e outros - Recife/PE nº 241/116/ARE/, 11 de junho de 1979. Processo nº 132/78. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

_____. Secreto. 30 de junho de 1978. Informação nº 42, 119, ARE, 78. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

_____. Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Confidencial. Assunto: Edival Nunes da Silva - Cajá. 16 de outubro de 1980. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

_____. Ministério do Exército. IV Exército. 2ª Seção. Assunto: Movimento Estudantil ME, em Recife. Informação nº 1917 B/E-2, 29 de setembro de 1977. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Universidade Federal de Santa Maria. Assessoria de Segurança e Informações. Assunto: Assessoria de Segurança e Informações. Confidencial. Informação No. 473/ASI/UFMS/78, 2 de Agosto de 1978. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

_____. BIC. Assunto: Relação de professores da UFPE da lista sêxtupla para reitor; Relação de professores esquerdistas e relação de pro-reitores da UFPE. 18 de julho de 1975.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Indaiatuba, SP, v. 1, n. 1, p. 5-11, jul. 2002. Disponível em: https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 1991.

CELESTE FILHO, Marcioniuro. A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 7, jan./jun. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279682885_A_Reforma_Universitaria_e_a_criacao_das_Faculdades_de_Educacao. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 200-233, janeiro/março 2017. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/40720/pdf_174. Acesso em: 15 ago. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. Trabalho e afetividade. In: CODO, W. (Org.), **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

ENRIQUEZ, Eugéne. **Da horda ao Estado**. Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1999.

_____. **As figuras do poder**. São Paulo: Via Lettera, 2007.

_____. Matar sem remorso: Reflexões sobre os assassinatos coletivos. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 35, p. 11-41, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/2673/2210>. Acesso em: 20 Ago 2019.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o General da “abertura”? **Revista Ágora**, Vitória, n. 28, p. 104-11 2018. Disponível em: periodicos.ufes.br/agora/article/download/21678/15967. Acesso em: 17 ago. 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Rafael Leite. Legalizar ou não?: a discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos. **Hydra - Revista de Pós-Graduação em História**, São Paulo, v. 1,

n. 1, p. 1-32, março 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9114>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FIGUEIREDO, Lucas. **Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. Nos porões da ditadura: psicanálise da tortura aos presos políticos no Brasil pós-64. **Projeto História**, São Paulo, n.38, p. 57-78, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/5233/3763>. Acesso em: 20 Ago 2019.

GAMA DA SILVA, Marcília. **Informação, repressão e memória**. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (196401985). 2007. 263f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7218> Acesso em: 13 Jul 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1

GREEN, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 205-216, jan/jun 2011. pp. 205-216. Disponível em: revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/379/379 Acesso em: 23 jul. 2019.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras falas**. Uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira. 1992. 365f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 1992. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/CAMP_b2c8c5b2f274a065d5c13e849db. Acesso em: 20 ago. 2019.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Dicionário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLII, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 2006. Disponível em: http://memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/583db925102a40.36300138/APM.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

_____. **Cães de guarda**. Jornalistas e sensores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

KORNIS, Mônica; SANTANA, Marco Aurélio. Verbete-temático Greve. **CPDOC/FGV**, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LEMOS, Jonio Santos Pereira de. Entrevista: Jonio Santos Pereira de Lemos. (Org). SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 201-268; p.141-199.

MAC DOWELL, Maria Antonia Amazonas. Entrevista: Maria Antonia Amazonas Mac Dowell (Org). SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 201-268.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A História para Geisel. In: D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. (Coleção Estudos Históricos). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2045/1184>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MOTA, Marly. Pacote de Abril. Fatos e Imagens. **CPDOC/FGV**, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00030.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Disponível em: https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/trecho_PATTO_AsUniversidadesEORegimeMilitar.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX**, Año 3, v. 3, p. 133-148, 2012. ISSN: 1688-7638. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n.

1, p. 30-45, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/599>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora UNICAMP, 1995.

PIVETTA, Marcos O impacto na academia. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 218, 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/o-impacto-na-academia/> Acesso em: 21 jul. 2017.

REGO, George Browne do. Entrevista: George Browne do Rego. (Org). SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 67-136.

REIS, Antonio Carlos Palhares Moreira. Entrevista: Antonio Carlos Palhares Moreira Reis (Org). SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 27-62.

RICARDO, Arleandra de Lima. **O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco (1931-1956)**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

RODRIGUES E SILVA, Mariana. **A Comunicação Nos Jornais Através De Charges Durante O Período Ditatorial Em Pernambuco**: O Caso De Edival Nunes Da Silva (Cajá) - (1978-1979). IX Encontro Estadual de História da ANPUH-PE História e Diversidade: Novas Narrativas, Sujeitos e Espaços. Caruaru, 23 a 27 de julho de 2012, UFPE/CCA e FAFICA. Disponível em: [file:///C:/Users/infra-ce/Downloads/Rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalhos%20dos%20P%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/infra-ce/Downloads/Rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalhos%20dos%20P%20(1).pdf). Acesso em: 27 Ago 2019.

ROSSI, Clovis. Os Exércitos planejam ações anticomunismo nas américas. São Paulo. **Folha de São Paulo**, 25 de setembro de 1988. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_25set1988.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 50 anos após o golpe. Recife: CEPE, 2014.

SOARES, Samuel Alves. A Construção da democracia e traços da mentalidade militar. (1985-1993). **Teoria e Pesquisa**, no.46, 2005. Pp.49-80. Disponível em: www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/download/86/76. Acesso em: 10 Ago 2019.

Periódicos

ALUNOS de Direito decretam greve em favor de “Cajá. Recife. Diario de Pernambuco, 19/05/78, A-1.

ALUNOS suspendem greve: luta continua. Recife. Diario de Pernambuco, 23/05/78, A-1.

APENAS 12 pessoas têm acesso a Edival Nunes. Recife, Diario de Pernambuco. 2/06/78, p. A-6.

ARENISTA deplora ação da polícia. Recife, Diario de Pernambuco. Recife, 20/05/78, p. A-3.

ARQUIDIOCESE questiona autoridade da PF em julgar e aplicar penas. Recife. Diario de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

CLERO: Documentos contra Cajá comprometem federais. Recife, Diario de Pernambuco, 11/06/78, A-5.

CONTESTADA ligação Edival-sequestrador. Recife. Diario de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

DCE analisa sequestro e faz críticas à polícia federal. Recife. Diario de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

ESTUDANTES da UFPE em greve até que a polícia liberte Edival Nunes. Recife. Diario de Pernambuco, 16/05/78, A-1.

“ESTUDANTE Edival foi torturado afirma advogado. Recife, Diario de Pernambuco, 17/05/78, A-1.

HÉLDER: ele sofre por amor. Recife, Diario de Pernambuco, 20/05/78, p. A-3.

JUIZ decreta preventiva de Edival Nunes. Recife, Diario de Pernambuco, 06/07/78, p. A-1.

LEI de segurança é queimada. Recife. Diario de Pernambuco, 20/05/78, A-7.

LÍDER do MDB crítica atitude de Moura. Recife. Diario de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

LÍDER da oposição nega validade à versão da Polícia. Recife, Diario de Pernambuco, A-3

MÃE de padre Henrique reza com “Cajá”. Recife, Diario de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

MÃE de “Cajá”: meu filho é bom menino. Recife, Diario de Pernambuco, 20/05/78 A-7.

POLÍCIA Federal distribui nota. Recife. Diario de Pernambuco, 19/05/78, A-1.

POLÍCIA Federal diz que não faz tortura. Recife. Diario de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

POLÍCIA Federal diz que prisão é legal. Recife. Diario de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

POLÍCIA já faz ligação entre Pacheco e Cajá. Recife. Diario de Pernambuco, 26/05/78, A-1.

POLÍCIA tenta impedir solidariedade a Cajá. Recife. Diario de Pernambuco, 21/05/78, A-3.

POLÍCIA impede passeata de estudantes para uma visita a Edival Nunes. Recife, Diario de Pernambuco, 23/5/78, A-1.

POLÍCIA Federal acusada de descaso por não levar Cajá ao oftalmologista. Recife, Diario de Pernambuco, 20/06/78, A-4.

PRESO afirma ao superintendente que foi torturado. Recife. Diario de Pernambuco, 19/05/78, A-1.

PRISÃO de Edival Nunes leva juiz auditor a “desaprender” Direito. Recife. Diario de Pernambuco, 14/06/78, A-5.

PROFESSORES contra atos de violência. Recife. Diario de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

REITOR evita comentar acusações. Recife. Diario de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

VIA-SACRA por Cajá reúne mais de 1.000 pessoas. Recife. Diario de Pernambuco, 11/07/78, A-1.

Título “CAJÁ ESTÁ SENDO TORTURADO
E VOCÊ VAI À AULA?”

Autores Evson Malaquias de Moraes Santos
André Gustavo Ferreira da Silva
Cibele Maria Pereira da Silva
Edelson Albuquerque Jr
Maria Isabel Landim
Neide Carolina Andrade Piornedo
Talita Maria Soares da Silva
Vinicius Borges de Medeiros

Projeto Gráfico e Capa Jessica Schmitz
Revisão de Texto Juliana C. Lobo

formato 15,5 x 22,0 cm
fontes Minion Pro
Did you see that

Distribuição EdUFPE

Meu colega Evson Malaquias (e sua equipe de pesquisadores) vem firmando seu nome como historiador, escavando e garimpando o passado institucional da UFPE, sobretudo aquelas passagens mais obscuras que dormem no fundo de arquivos, atas e relatórios esquecidos (ou que querem fazer esquecer): é nessa produção deliberada do esquecimento onde germina a semente do negacionismo. Desta vez, Evson exuma um caso rumoroso dos anos setenta, durante a pior fase da ditadura civil-militar no Brasil, que foi o sequestro, prisão e tortura do estudante da Sociologia da UFPE (meu contemporâneo), Edval Nunes, conhecido como Cajá. Os autores cercam-se de inúmeros cuidados metodológicos para garantir que outras narrativas permaneçam abertas a respeito do caso, e examina documentos dos serviços de informação e repressão da época, mostrando um esforço cuidadoso no trato das fontes.

Flávio Brayner

Prof. Titular do Departamento Socio-Filosófico da Educação
do Centro de Educação da UFPE

